



Universidade de Brasília

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS:
ENSINO FUNDAMENTAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS EM FOCO**

DÂMARIS BACON CARVALHO

BRASÍLIA

2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, LÍNGUAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS - LIP

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS:
ENSINO FUNDAMENTAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EM FOCO**

Dâmaris Bacon Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do grau de LICENCIADO EM LETRAS.

ORIENTADOR: Professora Doutora Ulidete Rodrigues de Souza Rodrigues

BRASÍLIA, 2012

Dedico este trabalho a Deus cuja ira "[...] é revelada dos céus contra toda a impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça" (Romanos 1:18), pois "o Senhor faz justiça e defende a causa dos oprimidos" (Salmo 103:6). Dedico também aos professores que desejam ensinar a verdade e a todos que buscam um aprendizado sem barreiras e justo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a **Cristo**, meu Senhor e Rocha eterna, sem o qual a realização deste trabalho não seria possível, pois “nEle estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento” (Colossenses 2:3).

Agradeço também:

- À Professora Ulideste, por toda a sua paciência, simplicidade e companheirismo, que me permitiram produzir este trabalho com maior eficiência e alegria;
- Aos meus pais, Messias e Sylvia, e meus irmãos, Igor e Gabriel, que aguentaram meus momentos de nervosismo e ainda me ajudaram em alguns detalhes do trabalho, o que foi muito importante;
- Aos irmãos e amigos da faculdade, da igreja e da ABU, que entenderam minha ausência durante o período de escrita desse estudo e não deixaram de me apoiar e ajudar no que fosse preciso;
- Aos professores do ensino gradual e acelerado, que se dispuseram a me ajudar contribuindo com suas experiências de ensino, e aos funcionários das escolas, que me permitiram chegar a esses professores.

A todos vocês minha eterna

Gratidão.

RESUMO

Este trabalho pretende, numa perspectiva sociolinguística, analisar o tratamento da variação linguística nos livros didáticos de forma panorâmica e constrativa entre os dois tipos de ensino, fundamental e EJA. O objetivo é verificar e avaliar o uso da variação linguística pelos livros didáticos, seu encaixe com a normatização da língua, o cumprimento das leis e diretrizes educacionais e a coerência do tratamento do fenômeno nos livros dos respectivos ensinos em relação ao perfil dos estudantes. A pesquisa parte de um trabalho documental e de campo, ou seja, coleta de dados nos livros didáticos e entrevistas com professores sobre a inserção da variação no ensino, com base nos textos Marcos Bagno (2000,2003 e 2007), Juliana Bergmann e Jeferson Ferro (2008), Stella Bortoni-Ricardo (2004, 2008 e 2010), Carlos A. Faraco (1991 e 2008), Paulo Freire (1967), João Geraldi (1996), Miriam Lemle (1993), Maria C. Mollica (2007), Beth Marchuschi e Maria das Graças Costa Val (2008), Maria Helena M. Mateus (2005), PCN (1998), LDB (2010) e gramáticas de Evanildo Bechara (2009), Celso Cunha (2008) e Mário Perini (2000 e 2010). A conclusão obtida é a de que os livros didáticos apresentam grande deficiência na apresentação e tratamento da variação linguística juntamente com a normatização e que os professores não estão preparados para fazerem as devidas adequações e suprirem essa necessidade, o que, por conseguinte, prejudica a evolução do ensino-aprendizagem e a relação professor e aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística, Variação Linguística, Livro Didático, Ensino Fundamental e EJA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 7

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, 10

1.1.Revisão da Literatura, 10

1.2.Leis e Diretrizes Educacionais, 15

1.3.Conceitos Fundamentais, 18

II. METODOLOGIA, 24

III. ANÁLISE DOS DADOS, 29

3.1.Análise do Fenômeno Linguístico: Concordância Nominal e Verbal, 29

3.2.Análise do Macro Fenômeno no Livro Didático, 37

3.3.Comentários das Entrevistas, 48

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 52

APÊNDICES, 54

I. Entrevistas com P1, 55

II. Entrevista com P 2, 56

III. Entrevista com P 3, 58

IV. Entrevista com P 4, 59

BIBLIOGRAFIA, 60

INTRODUÇÃO

Toda comunidade linguística interage e se comunica através de um sistema abstrato escolhido e compartilhado por essa comunidade, ao que chamamos de língua. Diferencia-se da fala, que é o uso concreto e individual de cada falante e que dá vida à língua. É a própria língua em uso.

A língua só existe em uso pelos falantes e os usos da língua agem sobre ela, criando mudanças que vão desde a forma até os significados de palavras e estruturas dessa língua. Portanto, toda língua apresenta variação linguística, ou seja, dentro do que consideramos uma mesma língua pode acontecer, por exemplo, variações de significado para uma palavra, variações na pronúncia de algumas palavras ou variação nas estruturas gramaticais das sentenças produzidas pelos falantes dessa língua, dependendo da região geográfica que se fala, da faixa etária, do gênero, do grau de escolaridade, etc.

Isso é uma prova de que as línguas em geral mudam de acordo com o tempo e espaço, não são estáticas e não podem ser consideradas homogêneas, isto é, faladas da mesma forma por todos os seus falantes, mesmo que sejam mudanças, às vezes, muito pequenas e aconteçam muito lentamente, de forma a se tornarem imperceptíveis pelos próprios falantes. Não necessariamente são mudanças permanentes ou totais entre os falantes da língua. Podem, apenas, caracterizar um momento histórico específico e/ou um grupo ou categoria específicos de falantes.

Essas mudanças podem ser de caráter externo ou interno. Externamente, pode ser pelo contato com outras línguas, que traz, conseqüentemente, o contato com outras realidades culturais, sociais e políticas. São fatores externos que causam mudanças externas, como a inclusão de palavras estrangeiras no vocabulário de uma língua, a extensão ou restrição dos significados das palavras e alteração da construção de frases.

Dependendo de como esse contato entre línguas diferentes se dá, podem surgir línguas mistas, como, por exemplo, as línguas de contato entre europeus e índios no início da colonização. Ou seja, foi muito além do que apenas causar variações dentro de uma língua, mas o contato entre duas línguas fez surgir uma terceira.

As mudanças internas se dão pelo simples fato da língua ser falada, usada. Mudanças como a supressão de consoantes e vogais na pronúncia da palavra ou o contrário, a inclusão de vogais onde não havia, como de ‘arroz’ para ‘arroiz’, palavras inteiras substituídas por pronomes e a redução de várias formas verbais à apenas uma, por exemplo, são conseqüências da necessidade de simplificação dos sistemas de uma língua.

A variação é, então, vista como elemento natural da língua, que também precisa ser considerado, estudado. Toda vez que esse elemento é esquecido, gera preconceito na forma ou expressão variada que algumas pessoas produzem. A escola é o lugar onde se busca alcançar e ensinar uma norma padrão, uma base teórica para servir de referência à língua falada em uma comunidade, mas não pode fazer isso se esquecendo dos aspectos naturais de uma língua, como a variação linguística, que fundamenta a normatização da língua em fatos reais de uso da mesma. É preciso entender e incorporar o papel da variação linguística no ensino e aprendizado da língua, que tem por objetivo não apenas ensinar as normas da língua, mas também mostrar a importância e a função dessa normatização e capacitar o aluno a ter domínio dos usos dessa língua.

Também é preciso, pois, deixar de ver e ensinar a língua como um sistema fechado em si e abri-la para os usos, porque, conforme diz Marchuschi (2001, p. 9), “são os usos que fazem a língua e não o contrário”. Nesse ponto, acrescenta-se, que a língua, nessa perspectiva, envolve a noção de discurso, que está em toda a sociedade e também pode ser registrado textualmente. As variedades linguísticas fazem parte desse discurso, lembrando, pois, que a língua não é homogênea, mas sim um conjunto de variações.

E, para melhor absorção do conhecimento, o estudo dessa temática deve adequar-se aos tipos de ensino existentes, seja o ensino direcionado para criança, adolescente, jovem ou seja direcionado para adulto.

O tema da variação linguística e sua inclusão no ensino é bastante comentado e requisitado pelas leis e diretrizes educacionais para estar presente no ensino. Porém, ainda, é recente seu tratamento nos livros didáticos e deixa muito a desejar. Não há divulgação de boas obras sobre os tratamentos básicos da sociolinguística e há necessidade de mais estudos que desenvolvam novas perspectivas. Por isso, este estudo pretende avaliar o fenômeno da variação linguística de forma panorâmica e contrastiva entre duas formas de ensino, aqui, denominadas **gradual** e **acelerado**, nos anos finais tanto do ensino fundamental quanto da EJA.

Ensino gradual e acelerado, na presente pesquisa, corresponde respectivamente a Ensino Fundamental e Educação de jovens e adultos (EJA). Gradual por ser um ensino gradativo (etapa por etapa) e acelerado porque tem a finalidade de acelerar essas etapas, ou anos escolares, podendo, o aluno, avançar mais rapidamente em seus estudos. O objetivo de tratar os dois tipos de ensino com uma nova nomenclatura é apenas para passar o formato de ambos os ensinos sem o uso de termos que possam veicular alguma forma de carga pejorativa,

trazendo uma visão preconceituosa sobre alguma modalidade de ensino ou o perfil de seus alunos.

Com os resultados obtidos por esse estudo, espera-se contribuir para o universo das pesquisas acadêmicas, produção e sugestão de materiais, melhoria do ensino e diminuição do preconceito linguístico, que viceja nas esferas dos grupos e instituições sociais em relação à realização e avaliação em sociedade da variação linguística.

Diante dessa situação descrita, esse trabalho tem como objetivo verificar e avaliar o uso da variação linguística nos livros didáticos. Pretende-se, para isso, avaliar o encaixe da variação linguística com a normatização da língua, o cumprimento das leis e diretrizes educacionais e a coerência do tratamento do fenômeno nos livros dos respectivos ensinos em relação ao perfil de seus estudantes.

Como, dentre as obras pesquisadas, não foram encontrados estudos comparativos entre as duas formas de ensino focalizadas, este estudo será baseado, também, na percepção e no sentimento que professores de português têm em relação ao tratamento da variação linguística no ensino.

Acredita-se, de antemão, que o livro didático, embora atendendo às leis e diretrizes educacionais, não orienta adequadamente o professor nem insere adequadamente o tratamento do fenômeno da variação linguística ao conteúdo didático. Essas mesmas leis e diretrizes, também, determinam uma diferenciação na didática do ensino. Conforme o segmento estudantil a ser atendido, é preciso verificar se essa determinação legal é atendida e até onde essa diferença tem sido um benefício ou um prejuízo aos dois tipos de ensino e à clientela.

A pesquisa nos livros didáticos baseia-se na hipótese de que o tratamento da variação linguística está aquém do que é proposto pelas leis e diretrizes educacionais e de que as diferenças no formato e objetivo do ensino gradual e acelerado devem-se ao perfil da clientela. Deseja-se testar a validade de tal hipótese, respondendo-se às seguintes perguntas de pesquisa:

1. A variação linguística é tratada nos livros didáticos, correspondendo ao que se pede nas leis e diretrizes educacionais e alcançando os objetivos propostos por elas?
2. No tratamento da variação linguística, os livros didáticos diferenciam-se conforme a clientela do ensino? Até que ponto isso tem sido vantagem ou desvantagem para os dois formatos de ensino?

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O fenômeno da variação linguística não é um assunto recente. Dentro da área de estudos da língua conhecemos várias obras que tratam do aspecto heterogêneo da língua, as variações que a compõe e lhe são inerentes e até a gramática e estrutura que é possível encontrar em todas as constantes e variações possíveis da língua. Porém, no contexto escolar, esse é um assunto que necessita de mais embasamento teórico e conhecimento por parte daqueles que estão diretamente envolvidos com o tratamento dessa temática no ensino, professores e alunos. O tratamento da variação linguística no ambiente escolar, mais especificadamente nos livros didáticos, torna-se, então, uma questão atual e um problema que urge por, senão solução imediata, ao menos, mais discussões ao longo do tempo.

Nesse ponto, diante do que foi dito, passo a apresentar os elementos de fundamentação que me servirão não só para embasar o tema tratado, mas também, no item III, servirão para análise dos dados. No trabalho de pesquisa bibliográfica, encontrei obras de cunho específico voltadas diretamente para a questão e outras nem tanto, mas que foram complementares nessa tarefa de me fornecer o embasamento. Li tanto bibliografias que diziam diretamente com respeito aos ensinamentos focalizados, acelerado e gradual e suas relações com o tratamento da variação linguística, como também bibliografias em relação ao ensino geral do fenômeno da concordância. Também observei as leis e diretrizes que regem o ensino e obras que apresentam os conceitos fundamentais que embasam este estudo.

Apresentarei e classificarei as obras que fundamentam a pesquisa da seguinte forma: Revisão de literatura (1.1.), Leis e diretrizes educacionais (1.2.) e Conceitos Fundamentais (1.3.).

1.1. REVISÃO DA LITERATURA

Inicialmente, irei discorrer sobre as obras lidas com relação aos tipos de ensino enfocando o tratamento da variação pelos livros didáticos. Aqui, torna-se necessário esclarecer que, na efetivação da pesquisa bibliográfica, não encontrei obras de estudo comparativo entre o ensino gradual e o ensino acelerado, mas encontrei obras que tratavam do ensino de língua e da relação da variação com estes ensinamentos separadamente. São essas obras que passarei a escrever doravante.

Como é o caso da obra de Paulo Freire (1967, p.101), “Educação como prática da liberdade”, que trata da questão da realidade no ensino de forma mais educacional do que linguística, focando na educação para jovens e adultos. No capítulo quatro, “Educação e

Conscientização”, o autor critica o número alarmante de analfabetos a partir dos 14 anos e de crianças em idade escolar sem escola, denuncia isso como um obstáculo para o desenvolvimento e mentalidade de democratização do país. Paulo Freire não admite que a democratização da cultura seja feita de forma vulgar, como também não admite simplesmente entregar ao povo prescrições a serem seguidas. Rejeita fórmulas dadas e acredita que se pode permutar com o sujeito que deseja aprender e não apenas oferecer, pois o aluno também contribui com sua realidade, modo de falar e cultura, por exemplo, para o ensino. O que ele traz em si para a sala de aula é relevante.

A luta contra a ignorância, segundo Paulo Freire, não é apenas combater o analfabetismo, mas também a inexperience de participação e ingerência crítica. Ele defende a consciência crítica e afirma ser inerente a ela a integração com a realidade. Sendo assim, é preciso tentar uma educação que seja capaz de colaborar com o povo, ou aluno, na organização reflexiva de seu pensamento. Como diz Freire (1967, p. 106), “educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica”.

Ainda assim, o autor diz que a educação deve estar identificada com as condições da nossa realidade, integrada ao tempo e espaço levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito. Para isso, propõe um método ativo e dialogal, baseado na crença de que o aluno também é sujeito de sua própria educação. Dessa forma, seria possível uma ação educativa com contribuição de ambos os lados.

O texto “Metodologia de análise de livros didáticos de língua portuguesa; desafios e possibilidades”, de Barros-Mendese Padilha (2008), também trabalha o conceito de dialogia. O objetivo das autoras é descrever alguns procedimentos metodológicos para análise de livros didáticos de língua portuguesa (LDP) tanto em relação à obtenção e seleção de obras, quanto aos modelos de análise.

O texto baseia-se na trajetória metodológica de duas pesquisas em andamento das autoras relativas ao trabalho empreendido com relação à linguagem oral e ao tratamento dado aos gêneros poéticos. Esses novos procedimentos demonstram uma abertura maior para o pesquisador, permitindo que os dados se abram para diversos diálogos e, a cada passo da análise, novos dados surgem provocando novos diálogos e novas interpretações, traçando, assim, um fio que conduz a análise.

O conceito de dialogia no estudo dos livros didáticos de português trabalhado por Barros-Mendes e Padilha (2008) numa perspectiva discursiva, pois compreende que as Ciências Humanas, onde se encaixa o estudo da língua, tratam da relação entre sujeitos possibilitada pela linguagem. Como dizem as autoras:

O livro didático traduz esse *dialogismo*, pois procura trazer para dentro da obra outras vozes, dialogando, num movimento crescente, com os documentos oficiais (PCN) e as próprias orientações das sucessivas avaliações (PNLD), deixando de ser somente o discurso monológico do autor (BARROS-MENDES & PADILHA, 2008, p. 122).

As duas obras citadas até aqui são importantes, pois conseguem reunir a observação de um estudioso sobre a importância de se colocar a realidade na escola e a importância da linguagem sobre a prática, como apresentam as autoras do segundo texto. Como meu interesse é observar a variação linguística, ganha importância redobrada essas colocações iniciais desses autores, porque todas as vezes em que eu falar de variação linguística, estarei falando do fenômeno que é inerente ao mundo da linguagem e que vem pra dentro do texto e o texto está na escola. O livro didático (LD) é, de fato, o instrumento por onde todas as temáticas são trabalhadas, ou seja, instrumento concreto de veiculação das temáticas, das ideologias que se tem para o ensino. Portanto, ele é o expoente do que eu quero estudar, que é o tratamento da variação linguística.

Como observarei o que está sendo tratado no LD, fiz o percurso vindo da colocação do mundo, do diálogo na escola, que é do Paulo Freire, da questão do texto na escola, que é da Costa Val e Marcuschi (2008), para então chegar ao livro didático, pois é o livro didático o veículo e suporte das teorias e temáticas em prática. Até então, estava com os livros paradidáticos para chegar até o didático. O didático é o veículo da prática, onde estão os conteúdos e as temáticas que serão de fato trabalhadas. Como se vê, o LD, apresentado aqui, e que vem desde a ideia maior lá de Paulo Freire, é o suporte para que as teorias ganhem vida, é onde a prática se faz, e o material que os professores utilizam em sala de aula. É o grande articulador da teoria e prática. Como diz as autoras, todo esse mundo de dialogismo está nele, no LD.

Por essa razão, naturalmente, foi necessário estender minha pesquisa a obras que avaliam o material didático e propõe para o professor a melhor forma de escolher e adaptar o material didático, principalmente na questão do tratamento da variação linguística.

A forma como o livro didático apresenta a variação linguística e como o professor vai adaptar o livro didático é muito importante. Marcos Bagno (2007) em seu livro “Nada na língua é por acaso”, um dos poucos que comenta diretamente sobre a Variação Linguística nos livros didáticos, afirma (BAGNO, 2007, p. 37):

[...] não tem sentido falar da variação linguística como um ‘problema’. Vira e mexe recebo mensagens de pessoas que perguntam como tratar em sala de aula o “problema da variação”. Podemos começar respondendo que o

problema está em achar que a variação linguística é um ‘problema’ que pode ser ‘solucionado’.

Bagno (2007, p. 18) diz ter participado diretamente do PNLD e, portanto, pode dizer que muitos avanços positivos têm sido feitos para incorporar adequadamente ao LD alguns conceitos fundamentais, como letramento, discurso, gênero textual, oralidade, reflexão linguística, etc. Porém, quando se trata da variação linguística, o tratamento oferecido pela maioria dos livros didáticos ainda deixa muito a desejar. Isso se deve, como diz Bagno, à falta de boas obras sobre os conceitos básicos da Sociolinguística que seja acessível mesmo para um público não iniciado nesta disciplina e à falta de aparato teórico e de instrumentos de análise das ciências sociais para pesquisadores da área da linguística e educação que se arriscam em tratar de fenômenos de ordem sociológica. Essas faltas podem causar análises equivocadas vistas como argumentos científicos e repetidas, principalmente, por autores de material didático, agentes educacionais ou formuladores de políticas públicas, por exemplo.

Em “Ensino de gramática”, Vieira e Brandão (2009) questionam o fato de a gramática padrão não levar em conta o uso da variação linguística em nenhuma dimensão ou nível. As autoras levantam a questão da norma e a questão do empobrecimento do ensino e da aprendizagem da língua portuguesa como duas coisas que podem estar ligadas. Em seu livro, as autoras analisam diversos fenômenos gramaticais observando sempre como é apresentado nas gramáticas padrões e as dificuldades que suas definições sofrem no ensino e aprendizagem. Trazem também algumas propostas de inovação no ensino destes fenômenos adequando a norma destes fenômenos ao uso deles pelos falantes, o que vem a calhar com o tema deste trabalho.

Não é de hoje, portanto, que se nota e comenta entre os autores linguísticos essa dificuldade de se adaptar o ensino da língua e o material didático, no caso o livro, à realidade do aluno, admitindo-se e integrando a variação linguística. Miriam Lemle (1995, p.45) comenta, em seu texto “A variação na língua falada e a unidade na língua escrita”, onde estaria essa dificuldade. A autora exibe um suposto conflito de interesses no objetivo de ensino da língua, que alguns professores pensam enfrentar. Tem-se o objetivo de ensinar a língua de forma que seja entendida dentro das várias comunidades, regiões e nacionalidades em que é falada, mas também há o outro objetivo de tornar o ensino da escrita dessa língua para os alfabetizados de forma que seja uma língua próxima à fala espontânea dos falantes dessa língua, que contém variações conforme as comunidades, regiões e nações onde é realizada o uso dessa língua. A autora ilustra a dualidade de opção em que pensamos estar submetidos da seguinte forma:

Enxerguemos a opção com toda a clareza que ela requer: ou uma língua escrita que vai além das fronteiras de lugar e tempo, ou muitas línguas escritas, cada uma refletindo de perto as características dos falares locais(LEMLE, 1995, p. 57).

Diante dessas dúvidas, é interessante para o professor encontrar bons materiais que o ajudem na escolha do livro didático ou na adaptação do livro didático que dispõem para o ensino em sala de aula. Da mesma forma, para a elaboração desta pesquisa, também senti a necessidade de encontrar tais materiais.

O livro “Produção e avaliação de materiais didáticos”, de FerroeBergmann(2008), traz exatamente essa proposta, justamente por reconhecer a importância de se fazer uma boa escolha do livro didático que será usado em sala de aula. Muitos são os materiais didáticos auxiliares do processo de ensino e aprendizagem encontrados com facilidade e elaborados a parti da moderna metodologia de aquisição da língua. Parece um trabalho bom e completo, porém, como dizem os autores, necessitam de constante adaptação e modificação para uma maior proximidade da realidade dos alunos. Necessidade a qual este trabalho se baseia e ainda acrescenta o cuidado que se deve ter na adaptação para os dois tipos de ensino, **gradual e acelerado**.

Parece um trabalho bom e completo, mas apresenta a necessidade de constante adaptação e modificação par a uma maior aproximação da realidade dos alunos. As autoras, Ferro e Bergmann (2008), defendem e incentivam que o professor tenha a liberdade de interferir e modificar os recursos utilizados, como o livro didático, para que o ensino da língua se torne mais próximo e significativo para o aluno. Mas, essas alterações devem ser feitas com cuidado e critérios, para que fique coerente com a metodologia como um todo. O texto propõe, então, fatores que devem ser levados em consideração na elaboração e adaptação dos materiais didáticos para que o ensino realmente seja enriquecido e maximizado, como, por exemplo: até onde os alunos de todas as regiões brasileiras têm o mesmo objetivo, expectativas e interesses e até onde eles são diferentes nesses aspectos e pensar também no currículo que os rege.

Para conseguir responder aos interesses e objetivos globais e específicos dos alunos, uma sugestão é o uso de diferentes textos que abordem diferentes linguagens e que o aluno alcance o domínio de uso dessas diversas linguagens. Dentro disso, o professor tem a oportunidade de criar atividades significativas e adaptadas aos interesses dos alunos considerando os objetivos educativos que devem estar de acordo com o tipo de estabelecimento de ensino, localização geográfica, características socioculturais entre outros.

Nem sempre os professores, principalmente de escolas públicas, são livres para escolherem o material que consideram mais adaptado para a sala de aula. Sempre que possível, o professor deve escolher o material que seja mais próximo da realidade dos alunos e, quando não for possível, complementá-lo, com atividades, textos e conceitos. Para ajudar na avaliação dos LDP, os autores trazem alguns critérios para embasar essa escolha dos professores. Apresenta, primeiramente, quatro critérios centrais: corresponder às necessidades dos alunos, refletir usos da língua, facilitar o processo de aprendizagem e dar suporte à aprendizagem. Para cumprir esses critérios, apresenta outros critérios subdivididos em categorias: gerais, didáticos, pedagógicos e específicos.

O capítulo é concluído pelas autoras com informações pertinentes ao professor que também o auxiliarão na escolha de um bom material didático, como o programa do Ministério da Educação, o PNLD, que faz um trabalho de análise de livros didáticos e a cada três anos elabora uma nova versão do *Guia do Livro Didático*, além de apresentar também alguns critérios deste programa para avaliação do LD tanto do ensino fundamental, quanto do médio e também de dicionários. Ainda traz, ao final, atividades de auto avaliação, aprendizagem e prática para os professores relacionados a essa escolha do material que fará parte do seu trabalho.

1.2.LEIS E DIRETRIZES EDUCACIONAIS

Muitas das obras consultadas para este estudo abordam a questão das leis educacionais em relação ao ensino da língua e à adequação do ensino à realidade do aluno, como o tratamento da variação linguística no aprendizado da língua materna. Da mesma forma, o presente estudo também explicitará o que as leis e diretrizes tem a dizer sobre o assunto do tratamento da variação linguística no ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro conforme os princípios da Constituição. Em seu primeiro artigo, já fala que a educação abrange os todos os processos formativos do aluno, inclusive os que se desenvolve nas manifestações culturais:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 1996, p. 7).

Sobre o ensino fundamental, no artigo 26, os currículos, além de ter uma base nacional comum, devem ser complementados por uma parte diversificada com as

características da região. Também, no parágrafo 2 do artigo 27, a condição escolar dos alunos deve ser levada em conta:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (LDB, 1996, p. 24)”.
Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: ao bem comum e à ordem democrática:

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento (LDB, 1996, p. 25).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são diretrizes elaboradas pelo governo para orientar a educação em cada disciplina. Além da rede pública, a rede privada de ensino também adota os parâmetros, mas sem caráter obrigatório. Os PCN procuram respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas do país, mas também construir referências nacionais comuns em todas as regiões do país (1998, p. 5).

Os PCN trazem críticas ao ensino tradicional e, referentes ao assunto deste estudo, temos: a desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos, excessiva valorização da gramática normativa e desprezo pelas variedades linguísticas do Brasil. Partindo dessas críticas, criou-se orientações para a ressignificação da noção do erro, admissão das variedades linguísticas (próprias dos alunos, mas marcadas pelo estigma social), valorização das hipóteses linguísticas elaboradas pelos alunos no processo de reflexão sobre a linguagem e trabalhos com textos reais (1998, p. 18). Nos dois primeiros ciclos do ensino fundamental, a prática e a reflexão pedagógica estão organizadas, mas nos últimos ciclos, prática e reflexão ainda não se consolidaram como afirma os documentos dos PCN.

Sobre a reflexão da gramática no ensino, a atividade de metalinguística deve ser instrumento de apoio para a discussão dos aspectos da língua, por isso, não faz sentido excluir as práticas de linguagem do ensino de gramática. Numa seleção de conteúdos para análise linguística, a gramática tradicional não deve ser vista como referência (PCN, 1998, pp. 28-29):

O modo de ensinar, por sua vez, não reproduz a clássica metodologia da definição, classificação e exercitação, mas corresponde a uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido. Isso implica, muitas vezes, chegar a resultados diferentes daqueles obtidos pela gramática tradicional, cuja descrição, em muitos aspectos, não corresponde aos usos atuais da linguagem, o que coloca a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes.

Sobre a variação linguística na prática pedagógica, admite-se a sua existência como constituição das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Independente da ação normativa, sempre existiu e continuará existindo, portanto, quando se fala em língua portuguesa, fala-se em uma unidade que abrange muitas variedades:

Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais (PCN, 1998, p. 29).

A imagem de uma língua única, próxima à modalidade escrita e subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua por duas razões básicas: o fato de ninguém escrever como fala e o fato de que, nas sociedades letradas, há a tendência de tomarem-se as regras estabelecidas para o sistema de escrita como padrões de correção de todas as formas linguísticas. Como, por exemplo, professores e gramáticos que ainda exigem que se escreva e se fale sob regras gramaticais que praticamente estão fora do uso comum da língua:

*O livro **de** que eu gosto não estava na biblioteca,
Vocês vão assistir **a** um filme maravilhoso,
O garoto **cujo pai** conheci ontem é meu aluno,
Eles **se vão lavar** / **vão lavar-se** naquela pia,*
Quando já se fixou na fala e já se estendeu à escrita, independentemente de classe social ou grau de formalidade da situação discursiva, o emprego de:
*O livro que eu gosto não estava na biblioteca,
Vocês vão assistir um filme maravilhoso,
O garoto que eu conheci ontem o pai é meu aluno,
Eles vão se lavar na pia*(PCN, 1998, p. 30).

O aluno, ao entrar na escola, sabe previamente uma variedade linguística, que aprendeu pelo fato de estar inserido em, pelo menos, uma comunidade de falantes. Portanto, o ensino-aprendizagem na escola da língua escrita e daquilo que se tem chamado de língua padrão é justificado pelo fato de que o aluno não vai à escola para aprender o que sabe, mas sim para desenvolver sua capacidade intelectual e discursiva, sabendo manipular diversos textos escritos e adequar sua oralidade nas diversas situações de fala. Porém, a forma padrão apresentada pela gramática tradicional não pode ser tomada como modelo de correção, correspondendo à variedade linguística de prestígio, pois desse valor atribuído à forma padrão

vem o preconceito, considerando inferior ou errado tudo a variedade não padrão (PCN, 1998, p. 31).

Frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística. Desse modo, não pode tratar as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática tradicional e das formas diferentes daquelas que se fixaram na escrita como se fossem desvios ou incorreções (PCN, 1998, p. 82).

É na escola que o aluno irá aprender a escrita e a oralidade padrão estabelecidos pela gramática tradicional, mas é lá também que poderá aprender mais sobre respeito e valorização de tudo o que constitui a sociedade onde vive, inclusive as expressões culturais linguísticas, como se pode observar na citação abaixo:

É importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. Para isso, o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa (PCN, 1998, p. 82).

1.3. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A presente pesquisa está inserida na área da sociolinguística, portanto, aborda conceitos que precisam ser tratados e explicados mais especificadamente, como, por exemplo, a própria área da sociolinguística. Por isso, neste item da fundamentação teórica, apresentarei, abaixo, os conceitos teóricos linguísticos e sociolinguísticos fundamentais envolvidos neste estudo, sob a perspectiva dos autores lidos:

Língua e Variação Linguística

Carlos Alberto Faraco (1991) apresenta, já no título de seu texto “As línguas mudam com o passar do tempo”, a característica dinâmica da língua, não só com o tempo, mas também em relação ao espaço que ocupa. Maria H. M. Mateus (2005) exemplifica bem essa dinamicidade:

Perguntar o que quer e o que pode esta língua é como perguntar o que quer e o que podem aqueles que a falam. A língua, como todos nós, quer palpitar, crescer, tornar-se flexível e colorida, expandir-se, enfim, viver. E isso só acontece porque usamos a língua para comunicar com os outros e conosco mesmos (MATEUS, 2005, p.1).

Portanto, partindo do princípio de que a língua não é estática, pois, pelo fato de ser usada, está sob constante processo de mudança, podemos identificar outra característica que é a heterogeneidade da língua, ou seja, a língua é um conjunto de variações.

Bagno (2007, p.36) critica em seu texto “Mas o que é mesmo variação linguística” a noção que muitas pessoas têm de que a língua é um conjunto particular de pronúncias, palavras e regras gramaticais cuidadosamente selecionadas. Porém, o que o autor e outros sociolinguistas acreditam é que essa concepção de língua representa, na verdade, apenas uma parte da língua. Muito pelo contrário, a língua é múltipla, variável e está sempre em construção e desconstrução, jamais pode ser considerada um produto pronto e acabado. É o que se pode desprender desta fala de Bagno (2007, p. 37):

A variação e as mudanças linguísticas, é que são o ‘estado natural’ das línguas, o seu jeito próprio de ser. Se a língua é falada por seres humanos que vivem em sociedades, se esses seres humanos e essas sociedades são sempre, em qualquer lugar e em qualquer época, heterogêneos, diversificados, instáveis, sujeitos a conflitos e a transformações, o estranho, o paradoxal, o impensável, seria justamente que as línguas permanecessem estáveis e homogêneas.

Com o advento da escrita, foi possível retardar um pouco dessa mudança e também criar um ponto de referência quando surgem essas mudanças (FARACO, 1991, p. 1). Mesmo assim, ainda acontecem variações na expressão escrita da língua.

A variação pode ocorrer em vários níveis da língua, como apresentam os textos de Bagno (2007, p. 43), Faraco (1991, p. 2) e Mateus (2005, p.11). Podem ser de caráter fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica, lexical ou estilístico-pragmática.

Norma Padrão e Variedade Culta

Como o próprio Bagno (2003, p. 40) expõe em seu texto “Por que norma? Por que culta?”, a palavra norma traz em si uma dualidade, tanto pode estar descrevendo aquilo que é normal, recorrente, como pode caracterizar aquilo que é normativo, imposto, preceito estabelecido e, portanto, não é algo normal ou natural. Dentro do âmbito linguístico e, principalmente, educacional, essa definição precisa estar bem clara.

O conceito de “norma padrão” no ensino de língua está relacionado com as regras gramaticais de usos dessa língua, seja na questão da estrutura, semântica ou paradigma, por exemplo. Representa, pois, o ideal de língua e não o real. Como já foi mencionado no primeiro tópico deste item sobre o texto de Faraco (1991), com o surgimento da escrita, é preciso um ponto de referência em meio a tantas variações numa comunidade linguística.

Como enfatiza Bagno (2007, p. 37), a norma padrão não é algo intrinsecamente negativo, tem sua função na sociedade, que é regulada por normas e dentro dessas normas também têm as normas linguísticas. Porém, não se pode ignorar o fato de não serem um processo natural da língua, mas, sim, o resultado de ações humanas por motivos políticos e culturais. As normas linguísticas estão à nossa disposição e não o contrário, elas devem ajudar na união de uma comunidade e não excluir grupos de falantes que também fazem parte dessa comunidade, a começar pela escola. Bagno ainda diz que essas normas devem ser elaboradas com o auxílio de pesquisas científicas e projetos sociais democráticos.

Portanto, não se pode mais cometer o erro de confundir o conceito de língua com a norma-padrão, pois a “língua” da norma padrão advém da escrita, da literatura e da escola, que são instituições sociais, criações artificiais. Essa “língua”, na verdade, é um produto sociocultural e não representa o que a língua realmente é (BAGNO, 2007). Não é nem vista como uma variedade da língua, mas sim como uma referência idealista.

Outra confusão praticada no ensino e apresentada por muitos livros didáticos é achar que norma padrão e variedade culta¹ são a mesma coisa. A variedade culta é o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorre habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita, e que os falantes atribuem a ela um alto valor e prestígio social (FARACO, 2008, p. 73). Por essa mesma razão, a variedade culta se tornou, historicamente, objeto privilegiado de registro, estudo e cultivo sociocultural. As pessoas letradas são as que tiveram a oportunidade de estudar a norma padrão, de todas as variantes existentes, a culta é a que estaria mais próxima, então, do padrão linguístico estabelecido pela sociedade. Mas ainda assim, não se pode dizer que são a mesma coisa. Como destaca Faraco (2008, p. 75), a variedade culta é uma expressão *viva* de certos segmentos sociais em determinadas situações, já a norma padrão é uma codificação relativamente abstrata, extraída do mundo real com o para servir de referência em meio às variedades linguísticas de uma sociedade e para uniformização linguística com objetivos políticos.

Sociolinguística e Heterogeneidade Ordenada

¹ A variedade culta também é conhecida por norma culta, pois, por ser uma variedade de prestígio, se torna referência na prescrição linguística. Porém, neste trabalho, será chamada de variedade culta e apenas a forma padrão será chamada de norma para definir melhor seus conceitos. Norma padrão é uma idealização e a variedade culta, mesmo que pertença a um grupo específico de falantes letrados, é uma forma linguística real falada por uma comunidade real de falantes.

Ao falar sobre língua e variação linguística no primeiro tópico, foi dito que as línguas mudam conforme o tempo e outros fatores como espaço geográfico ou classe social dos falantes, por exemplo, como foi citado no tópico anterior. Essas mudanças nem sempre são permanentes ou atingem toda a comunidade de falantes, muitas vezes representam apenas um período histórico e/ou uma parte da população (FARACO, 1991, p. 1). Essas mudanças também podem ocorrer muito lentamente para serem percebidas pelos falantes.

O estudo da sociolinguística ajuda a identificar essas mudanças e decifrar seus graus de estabilidade. Bagno (2007, p. 38) a define como uma disciplina científica que tem por objetivo relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social, pois língua e sociedade são totalmente ligadas, construindo-se mutuamente. Para os sociolinguistas é impossível estudar a língua sem também estudar a sociedade onde essa língua é falada.

Esta ideia é reiterada por Sebastião Votre e Maria Maura Cezario no texto “Sociolinguística” (2008), quando dizem que essa área estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre as estruturas linguísticas e os aspectos sociais e culturais da produção linguística:

A sociolinguística parte do princípio de que a variação e a mudança são inerentes à língua, portanto, devem sempre ser levadas em conta na análise linguística. O sociolinguista se interessa por todas as manifestações de mudança na língua e os fatores que motivam as variações linguísticas. O estudo procura verificar o grau de estabilidade do fenômeno, se está no início ou se completou uma trajetória que aponta para a mudança (CEZARIO & VOTRE, 2008, p. 141).

A variação, então, é intrínseca à sociolinguística. Uma língua que apresenta variações é uma língua heterogênea e sua concepção na sociolinguística é a de um “substantivo coletivo”. Bagno (2007, p. 39) ilustra a palavra língua como um guarda-chuva, pois, apesar de ser uma palavra no singular, abriga “diversos conjuntos de realizações possíveis dos recursos expressivos que estão à disposição do falante”.

Porém, não só todas as manifestações linguísticas são levadas em conta numa análise sociolinguística, mas também a norma padrão, mesmo que alguns linguistas e sociolinguistas não a considerem uma variedade linguística, por não haver falantes dela no uso real da língua.

A variação linguística é composta, pois, de dois grandes pólos: a variação linguística, que é a língua em seu estado permanente de transformação e a norma padrão, que é o produto cultural, modelo artificial de língua criado para neutralizar os efeitos da variação e servir de padrão para os comportamentos linguísticos considerados corretos ou adequados. Ambos os pólos se influenciam e, portanto, mesmo sendo artificial, a norma padrão também tem de ser

considerada numa investigação sobre a língua e a sociedade, pois faz parte do discurso, da ideologia e da vida social dos falantes da língua e de determinada sociedade (BAGNO, 2007, p. 39).

Um dos postulados da sociolinguística é o fato de a variação não ser aleatória ou caótica, pelo contrário, é estruturada, organizada e condicionada por diferentes fatores, que podem ser linguísticos, mas também extralinguísticos, ou seja, um fator de ordem social. A sociolinguística trabalha, então, com o conceito de heterogeneidade ordenada, como se observa na seguinte fala de Bagno (2007, p. 43):

A heterogeneidade ordenada tem a ver, então, com essa característica fascinante da língua: o fato dela ser altamente estruturada, de ser um sistema organizado e, sobretudo, um sistema que possibilita a expressão de um mesmo conteúdo informacional através de regras diferentes, todas igualmente lógicas e com coerência funcional. E mais fascinante ainda: um sistema que nunca está pronto, que o tempo todo se renova, se recompõe, se reestrutura, sem todavia nunca deixar de proporcionar aos falantes todos os elementos necessários para sua plena interação social e cultural.

A variação, portanto, não é vista pela sociolinguística como fruto do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por esses fatores linguísticos e extralinguísticos, considerados essenciais para o estudo linguístico, pois o homem adquire a linguagem e a utiliza dentro de uma comunidade de fala, seja para a comunicação com os indivíduos, ou, seja para a atuação sobre os interlocutores. Portanto, muito se perde ao abstrair a língua de seu uso real, conforme Cezarioe Votre (2008, p. 147).

Erro e Preconceito Linguístico

Muitas vezes, a reação dos falantes frente às mudanças não é boa. Como afirma Faraco (1991), o início das mudanças geralmente se dá nas falas de pessoas mais jovens e de classes sociais intermediárias, pendendo mais pra uma classe inferior que superior. Por conta dos falantes que a iniciam, as mudanças podem sofrer preconceito e estigma. As formas inovadoras são tachadas, por grupos socioeconômicos mais altos, de “erradas”, “incorretas”, “impróprias” e até “feias”. Porém, esse conceito de “erro” entre as variações está mais ligado a um juízo de valor, por conta de suas origens, do que propriamente a uma questão linguística.

No livro “Ensino de Gramática”, de Vieirae Brandão(2009, p. 65), comenta-se a questão da gramática não padrão, ou seja, o fato de haver regras estruturais também nas variedades linguísticas, seguidas pelos falantes mesmo sem serem ensinadas. Por exemplo, em relação á concordância nominal, de acordo com a gramática padrão as marcas morfológicas de gênero e número do núcleo são repetidas em seus determinantes:

a) AS meninaS bonitas.

Já na gramática não padrão das variantes, o primeiro termo traz as marcas morfológicas de gênero e número e o restante não:

b) AS menina bonita.

Mas, se alguém marcar morfológicamente apenas o segundo ou terceiro termo, isso nos soa estranho, pois é sempre o primeiro termo:

c) A meninaS bonita. / A menina bonitas. (agramatical).

Lemle (1993, p. 46) exemplifica em seu texto a origem da língua portuguesa no latim vulgar. Fez-se muito esforço para erradicar essa vertente do latim, no objetivo de apenas se falar o latim clássico, porém, como demonstra o livro, nossa língua é uma continuação desse latim vulgar do povo iletrado. A autora fornece esse exemplo para mostrar como que o desprezo de um grupo de falantes por outro é algo que vem de muito tempo e continua. É o chamado preconceito linguístico e tem sido um grande empecilho para as pessoas mais desfavorecidas em muitas áreas da vida, inclusive na educação, como Bagno (2007, p. 44) afirma no comentário abaixo:

As pesquisas linguísticas empreendidas no Brasil têm mostrado que o fator social de maior impacto sobre a variação linguística é o grau de escolarização que, em nosso país, está muito ligado ao status socioeconômico: a escola de qualidade e a possibilidade de permanência mais prolongada no sistema educacional são bens sociais limitados às pessoas de renda econômica mais elevada. Estudos sociológicos apontam que existe uma relação muito estreita entre escolaridade e ascensão social: os melhores empregos e os postos de comando da sociedade estão reservados predominantemente aos cidadãos mais escolarizados.

Stella Maris (2001, p. 83) afirma que o conflito intercultural e sociolinguístico, manifestado de várias formas, conduz à desvantagem no ensino e aprendizado das crianças portadoras de cultura não prestigiada na sociedade. Por isso a preocupação dos estudos sociológicos em estudar esses fenômenos é combater o preconceito linguístico não só para deter a discriminação das variações estigmatizadas, como se fossem um “defeito” de fabricação, mas também para valorizá-las e usá-las dentro do ensino da língua, afinal, fazem parte dela, o que condiz com a seguinte afirmação de Votre e Cezario (2008, p.152):

Além de contribuir para a descrição e explicação de fenômenos linguísticos, a sociolinguística também fornece subsídios para a área do ensino de línguas. Os sociolinguistas postulam que os dialetos das classes desfavorecidas não são inferiores, insuficientes ou corrompidos.

Votre e Cezario (2008, p. 152) ainda acrescentam que esses dialetos são estruturados com base em regras gramaticais, sendo, muitas vezes, diferente das regras da norma padrão:

Dessa forma, a sociolinguística cria nos (futuros) professores uma visão menos preconceituosa e incentiva-os a valorizar todos os dialetos e a mostrar à criança que o dialeto culto é considerado melhor socialmente, mas que estrutural e funcionalmente não é nem melhor nem pior que o dialeto da comunidade do aluno.

II. METODOLOGIA

A pesquisa está inserida no campo da Sociolinguística, área que se encontra dentro da Linguística e trata especificamente das relações entre língua e sociedade. Qualquer trabalho que trate do tema variação e linguagem está, naturalmente, inserido na área que trata da sociedade e linguagem, ou seja, a sociolinguística. Tânia Maria Alkmim (2006), em seu texto sobre Sociolinguística, afirma que essa relação entre linguagem e sociedade é inquestionável:

A história da humanidade é a história de seres organizados em sociedades e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua. Efetivamente, a relação entre linguagem e sociedade não é posta em dúvida por ninguém, e não deveria estar ausente, portanto, das reflexões sobre o fenômeno linguístico (ALKMIM, 2006, p. 21).

Porém, apesar de ser uma relação óbvia e reconhecida por muitos estudiosos da língua, não significa que já foi ou é levada em conta como fator importante no estudo e análise linguística. Como diz Alkmim (2006), para entender essa questão e o surgimento de áreas como a sociolinguística, é preciso considerar razões de natureza histórica e o contexto social em que se situam aqueles que se dedicam a estudar o fenômeno linguístico.

[...] em cada época, as teorias linguísticas definem, a seu modo, a natureza e as características relevantes do fenômeno linguístico. E, evidentemente, a maneira de descrevê-lo e de analisá-lo (ALKMIM, 2006, p. 22).

Dentre outros exemplos, Alkmim (2006) cita a constituição estruturalista de Fernando de Saussure, linguísta do século XX. Saussure admite que a língua é um fato social e a define como objeto central da Linguística, porém coloca a língua como oposição à fala e tudo o que for estranho ao seu sistema deve ser afastado. A língua, na visão de Saussure, um sistema convencional adquirido pelos indivíduos no convívio social, ou seja, como um produto social da faculdade da linguagem, que compõem naturalmente o homem e lhe permite constituir uma língua. Saussure, então, institucionaliza a distinção entre Linguística Interna, que trata da língua em si, e a Linguística Externa, que trata das variações pertinentes à fala.

Essa dicotomia dividirá o campo dos estudos linguísticos contemporâneos em orientações formais e orientações contextuais, ficando as orientações contextuais sob o rótulo de muitas interdisciplinas como a Sociolinguística, a Etnolinguística e a Psicolinguística (ALKMIM, 2006, p. 24). Por isso, como afirma Alkmim (2006, p. 30), a Sociolinguística tem origem interdisciplinar, pois

seu início reúne e agrega pesquisadores acadêmicos de diferentes campos de pesquisa preocupados com as implicações teóricas e práticas dos fenômenos linguísticos na sociedade, no caso, norte-americana.

[...] a questão da relação é óbvia e complexa ao mesmo tempo. Sabemos que é inegável, mas também que a passagem do social ao linguístico—e do linguístico ao social – não é feita com tranquilidade. Não há consenso sobre o modo de tratar e de explicitar a questão da relação entre linguagem e sociedade: o fato é que o lugar reservado a essa consideração constitui um dos grandes "divisores de águas" no campo da reflexão da Linguística contemporânea (ALKMIM, 2006, p. 28).

Hoje, a Sociolinguística compreende mais de uma corrente dentro da sua composição, sendo a primeira a “Teoria da Variação” ou “Sociolinguística Variacionista”, desenvolvida por William Labov nos Estados Unidos na década de 1960 (VOTRE e CEZARIO, 2008). Labov foi um dos que participaram do Congresso organizado por William Bright voltado para a questão da linguagem e sociedade, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Bright define e caracteriza a nova área do estudo onde a Sociolinguística deve relacionar as variações linguísticas de uma comunidade com as diferenciações existentes na estrutura social desta mesma comunidade. De acordo com Bright, o objeto de estudo da Sociolinguística é, então, a diversidade linguística (ALKMIM, 2006, pp. 28-31):

Pondo de maneira simples e direta, podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. [...] Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

A área da sociolinguística, como apresenta a autora Stella Maris Bortoni-Ricardo em sua obra “O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa” (2011), divide-se em duas vertentes, ou paradigmas: quantitativo e qualitativo. Para a autora, segundo J. Hughes (1980), a primeira vertente segue o paradigma positivista, que busca explicações causais por meio de relações lineares entre fenômenos pela razão analítica, e a segunda segue o paradigma interpretativista, que busca a interpretação dos significados culturais pela razão dialética.

Essa vertente quantitativa se firma com William Labov nos EUA em 1960. Este, assim como Saussure, vê a linguística como uma ciência do social; dessa forma, a sociolinguística equivale à linguística com ênfase na atenção às variantes de natureza extralinguística. Alguns fatores extralinguísticos usados na investigação da variação pelos sociolinguistas são, por exemplo, a origem geográfica do falante, o status econômico, o grau de escolarização, a faixa etária, o gênero, o mercado de trabalhos e redes ou ambientes, por exemplo.

Fernando Tarallo (1996, p. 8) afirma que o modelo de análise linguística proposto por Labov, a sociolinguística quantitativa, opera com números e tratamento estatístico dos dados

coletados. Já a pesquisa sociolinguística qualitativa não tem seu enfoque na língua como sistema, mas na relação dos sujeitos com a linguagem:

A pesquisa quantitativa procura estabelecer relações de causa e consequência entre um fenômeno antecedente, que é a variável explicação, também chamada de variável independente, e um fenômeno consequente, que é a variável dependente. Já a pesquisa qualitativa não se propõe testar essas relações de causa e consequência entre fenômenos, nem tampouco gerar leis causais que podem ter um alto grau de generalização. A pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto (BORTONI-RICARDO, 2011).

Portanto, a presente pesquisa situa-se entre essas duas vertentes da pesquisa sociolinguística, quantitativo e qualitativo, pois, dentro de todo esse contexto teórico, encontrei um método para coletar os dados. Da Sociolinguística em geral, extrai o tema para esta pesquisa, o tratamento da variação linguística. Da Sociolinguística Variacionista ou Quantitativa extrairé as quantificações do modelo proposto por Labov de estudar as variáveis linguísticas e extralinguísticas. Em outras palavras, posso completar que, no caso deste estudo, o fenômeno linguístico da concordância é apenas um pretexto, ou seja, um assunto para ser discutido dentro de uma temática maior do tratamento da variação linguística; por isso usarei apenas o suporte estatístico. A análise dos dados será feita, no entanto, numa abordagem de cunho mais qualitativo, interpretativista, posto que discutirá o fenômeno no livro didático. Desse modo, os dados receberão um tratamento interpretativista e a análise estará voltada para a questão de ensino e aprendizagem.

Inicialmente, apresentarei as gramáticas e textos sociolinguísticos contendo todos os conceitos relativos ao fenômeno da concordância, que é o suporte para o tratamento da variação. A escolha do fenômeno da concordância é, primeiramente, em virtude de sua capacidade de juntar tão bem os aspectos morfológicos e sintáticos num mesmo conteúdo, afinal, marcas morfológicas determinam os valores ou funções sintáticas e segundo, porque, assim como alguns autores dirão logo abaixo, se trata de um fenômeno estigmatizado, apesar de muito recorrente na fala dos falantes de português brasileiro (PB), inclusive em falantes letrados, mesmo que não admitam.

Revela-se, portanto, um fenômeno interessante como suporte dessa análise e carece de maior atenção nos livros didáticos em relação à sua conceituação tanto normativa e quanto variacionista.

Depois, voltando a questão do método utilizado, sabendo que a sociolinguística quantitativa prevê que se tenha uma organização clara de dados e também que quantifica e codifica esses dados, codificarei Livro 1: ensino gradual, 7º ano; Livro 2: ensino gradual 9º ano; Livro 3: ensino acelerado, 8º ano e Livro 4: ensino acelerado, 9º ano. Elenquei esses livros para contraste dentro dos tipos de ensino (acelerado – acelerado e gradual – gradual), mas também entre os tipos de ensino (acelerado – gradual).

Nos livros didáticos, farei a observação entre si de um a um (gradual) e um a um (acelerado). Em seguida, mostrarei o contraste entre gradual e acelerado e, por fim, quantificarei e discutirei os dados obtidos. Após essa etapa, na parte relativa à observação da avaliação que os falantes fazem

sobre o fenômeno da concordância e/ou do tratamento da variação linguística de um modo geral, será realizada e apresentada uma pesquisa de campo com professores tanto do ensino gradual quanto do ensino acelerado sobre conhecimentos teóricos e práticos em relação ao fenômeno da variação linguística. O modelo do inquérito, por uma questão de espaço para sua apresentação, encontra-se na página seguinte. As entrevistas, na íntegra, estão nos apêndices.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

DISCIPLINA: PROJETO DE CURSO

PESQUISA: TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS;
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).

ORIENTADORA: Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues

PESQUISADORA: Dâmaris Bacon Carvalho

DATA:

PESQUISA DE CAMPO – INQUÉRITO PESSOAL

DADOS PESSOAIS

1. FEMININO () MASCULINO ()
2. FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE PROFISSÃO: _____
3. TRABALHA EM ESCOLA: PÚBLICA () PARTICULAR ()
4. TURMAS ATUAIS: FUNDAMENTAL () EJA () JÁ TRABALHEI COM EJA ()
SÉRIES: _____

*As seguintes perguntas podem ser respondidas em forma de um único texto.

CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

1. QUANDO VOCÊ OUVIU FALAR EM VARIAÇÃO LINGUÍSTICA? TEM CONHECIMENTO APROFUNDADO? CONHECE A PARTE DOS PCN QUE TRATA DESSE TEMA?
2. O QUE VOCÊ PENSA SOBRE ISSO?
3. EM SALA DE AULA, ESSA TEORIA É FUNCIONAL? COMO VOCÊ TEM ADAPTADO ESSA TEORIA À PRÁTICA (ORALIDADE E ESCRITA)?
4. SEUS ALUNOS PERCEBERAM QUE VOCÊ CONSIDERA A VARIAÇÃO EM SALA DE AULA? O QUE ELES PENSAM DISSO? VOCÊ TEVE ALGUM RETORNO SOBRE ISSO (HISTÓRIAS POSITIVAS OU NEGATIVAS)?
5. QUAL O LIVRO DIDÁTICO ADOTADO POR VOCÊ/ESCOLA? VOCÊ ACHA QUE O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA É SATISFATÓRIO NESSE LIVRO? DEVERIA AUMENTAR OU DIMINUIR?
6. VOCÊ CONHECE ALGUM OUTRO LIVRO QUE TRATE MELHOR SOBRE ESSE ASSUNTO?

TIPOS DE ENSINO – CORRELAÇÃO ENTRE EJA E ENSINO FUNDAMENTAL

1. CASO TRABALHE, OU JÁ TENHA TRABALHADO COM OS DOIS TIPOS DE ENSINO, EM QUAL DOS DOIS TIPOS VOCÊ PERCEBEU QUE O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA ESTÁ MAIS APROFUNDADO/SUPERFICIAL?
2. QUAL TEMA É MELHOR PARA SE TRABALHAR A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA? SERIA O MESMO PARA OS DOIS TIPOS DE ENSINO?
3. COMO VOCÊ TRABALHA A QUESTÃO DA CONCORDÂNCIA? ESSE FENÔMENO É MUITO ESTIGMATIZADO? VOCÊ TRABALHA TANTO NA FALA COMO NA ESCRITA?
4. O LIVRO JÁ CONTEMPLA A VARIAÇÃO DENTRO DESSE TEMA OU É NECESSÁRIO FAZER ADAPTAÇÕES?

III. ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, nesta seção dedicada à análise dos dados, começarei falando sobre o fenômeno que está por trás da questão do tratamento da variação linguística, que foi o fenômeno escolhido para eu observar como a variação linguística está sendo tratada nos livros didáticos. Em seguida, dentro do aspecto da concordância, irei discorrer sobre como a variação linguística é vista hoje nos livros didáticos.

3.1. ANÁLISE DO FENÔMENO LINGUÍSTICO: CONCORDÂNCIA NOMINALE VERBAL

Nessa parte relativa à análise dos dados, trabalharei em dois aspectos fundamentais. Inicialmente, apresentarei o tratamento da concordância nas gramáticas e nos textos sociolinguísticos, para poder situar o fenômeno linguístico em questão e, a partir disso, passar ao tratamento da variação linguística no geral. Depois, como já se adiantou, vou trabalhar o macro fenômeno que está em foco nesse tema, que é o tratamento da variação linguística.

3.1.1 Das Gramáticas

Na “Moderna Gramática Portuguesa” de Evanildo Bechara (2009, p.543), a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada. Essa concordância pode ser nominal ou verbal:

- Concordância nominal: verifica-se em gênero e número entre o adjetivo e o pronome, o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinadas) e o substantivo ou pronome (palavras determinantes) a que se referem;
- Concordância Verbal: verifica-se em número e pessoa entre o sujeito, ou predicativo, e o verbo da oração.

Bechara ainda diz que a concordância pode ser estabelecida de *palavra* para *palavra* ou de *palavra* para *sentido*. A concordância de palavra para palavra, também chamada atrativa, será total ou parcial, ou seja, levando em conta a totalidade ou mais próximo das palavras determinadas numa série de coordenação. Já na concordância de *palavra* para *sentido*, chamada também “ad sensum” ou silepse, a palavra determinante pode deixar de concordar em gênero e número com a forma da palavra determinada para levar em consideração, apenas, o *sentido* em que esta se aplica.

O autor destaca a importância de estar atento à liberdade de concordância que a língua portuguesa muitas vezes oferece, a qual deve ser cuidadosamente aproveitada para não

prejudicar a clareza da mensagem e a harmonia do estilo. Como por exemplo, na língua oral, em que o fluxo do pensamento corre mais rápido que a formulação e estruturação da oração, é muito comum enunciar primeiro o verbo para depois se seguirem os outros termos oracionais.

Nestas circunstâncias, o falante costuma enunciar o verbo no singular, porque ainda não pensou no sujeito a quem atribuirá a função predicativa contida no verbo; se o sujeito, neste momento, for pensado como pluralidade, os casos de discordância serão aí frequentes. O mesmo ocorre com a concordância nominal, do particípio. Para Bechara, a língua escrita, formalmente mais elaborada, tem meios de evitar estas discordâncias.

Este fenômeno também é apresentado pelos autores Celso Cunha e Lindley Cintra (2008) na “Nova Gramática Contemporânea”. Porém, abordam apenas a concordância verbal, a qual trata-se da variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito. Para os autores, esta ainda ajuda a evitar a repetição do sujeito, que pode ser indicada pela flexão verbal a ele ajustada:

Eu acabei por adormecer no regaço de minha tia. Quando *acordei*, já era tarde, não *vi* meu pai (A. Ribeiro, CRG, 257 apud CUNHA & LINDLEY, 2008, p. 510).

Quando se tem apenas um sujeito, o verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido. Mas quando se tem mais de um sujeito, ou seja, sujeito composto, o verbo, quanto ao número, vai para o plural, quanto à pessoa, irá:

- Para a 1ª pessoa do plural, se entre os sujeitos estiver um da 1ª pessoa:

Só eu e Florêncio ficamos calados, à margem. (C. dos Anjos, DR, 39).

- Para a 2ª pessoa do plural, se, não existindo sujeito da 1ª pessoa, houver um da 2ª:

Nuvem sólida, rosa virginal, água branca

E tu, antiga sinfonia aérea,

Pertenceis ao anjo, não a mim. (M. Mendes, P, 164).

- Para a 3ª pessoa do plural, se os sujeitos forem da 3ª pessoa:

Mestre Gaudêncio curandeiro, seu Libório cantador, o cego preto Firmino e Das

Dores exigiram a história dos tatus, que saiu deste modo. (G. Ramos, AOH, 76.)

Da mesma forma que Bechara (2009), Cunha e Cintra (2008) não deixam de observar as variações deste fenômeno que ocorrem na fala. Os autores afirmam que na linguagem corrente do Brasil, evitam-se as formas do sujeito composto que levam o verbo à 2ª pessoa do plural, em virtude do desuso do tratamento *vós* e, também, da substituição do

tratamento *tu* por *você*, na maior parte do país. Em lugar da 2ª pessoa do plural, encontra-se, por vez ou outra, tanto em Portugal como no Brasil, o verbo na 3ª pessoa do plural, quando um dos sujeitos é da 2ª pessoa do singular (*tu*) e os demais da 3ª pessoa, como no exemplo abaixo:

Tu e o Chico levam o Sr. Alves para casa. (Castro Soromenho, C, 198 apud CUNHA & LINDLEY, 2008, p. 512).

Outro autor, Mário A. Perini (1996), em sua “Gramática Descritiva do Português”, diz que este fenômeno pode ser colocado sob o rótulo geral de regência.

Concordância seria, então, a exigência de harmonização de flexões entre os diversos constituintes de uma construção. Há dois tipos principais de concordância: um entre o sujeito e o núcleo do predicado (NdP) de uma oração e a outra entre diversos elementos nominais. Em todos esses casos, há a exigência de que certos traços sejam idênticos em vários constituintes:

Minhas sobrinhas ganharam um cavalo.

Os traços de “3ª pessoa” e “plural”, presente no sintagma nominal (SN) *minhas sobrinhas* e reproduzidos no verbo que preenche o NdP *ganharam*, configura a concordância verbal. Já a relação no SN entre *sobrinhas*, marcado no léxico como “feminino”, e o item *minhas*, também marcado no feminino, configura a concordância nominal.

Porém, em uma obra mais recente, a “Gramática do português Brasileiro”, Perini (2010) não considera adequada a análise tradicional em que a concordância verbal entende-se por uma harmonia entre o verbo e o sujeito, onde o verbo assumiria certa forma conforme o SN que preenche a função de sujeito. A partir disso, o autor revela ser necessária a elaboração de um novo conceito sobre o fenômeno.

Perini (2010) afirma que a concordância verbal é mais restrita no Português Brasileiro (PB) do que no português escrito, pois, não se usa no PB as formas ditas de “segunda pessoa (gramatical)”, como *vais* e *ides* e, as formas de terceira pessoa do plural, como *vão* e *andam*, também tendem a perder espaço em favor das de terceira do singular, *vai* e *anda*:

Elas não consegue subir no palco.

Perini diz que frases assim são correntes na fala da maioria dos usuários do PB.

O autor descreve a forma conservadora:

Elas não conseguem subir no palco.

Mas alerta para que se tenha em mente as variações nesse ponto. Em nota no rodapé, diz que *Vais* é usado por muitos falantes em certas áreas do Sul e Nordeste; já *ides* está totalmente extinta. Porém, afirma que em todas as variedades do PB têm alguma concordância verbal, porque nenhuma aceita “eu chegou” ou “ela cheguei”.

Como o autor apresentou em sua “Gramática Descritiva do Português” (1996), a concordância nominal é o fenômeno de harmonia de gênero e número entre diversos nominais dentro do SN:

Um computador novo.

Uma impressora nova.

Observa-se também concordância com nominais externos ao SN, mas ligados a ele por uma relação temática, como:

Os computadores são novos.

A impressora chegou quebrada.

Para Perini (2010), ao analisar a concordância nominal dentro do PB, ao contrário da concordância verbal, ela não parece ser redutível a fatores semânticos, principalmente porque o gênero dos nominais não tem correlato semântico coerente: *computador* é masculino, *impressora* é feminino, por razões idiossincráticas. O número (singular, plural) funciona até certo ponto de maneira paralela ao gênero, mas há diferenças. Em geral, não se pode dizer que um nominal é singular ou plural, porque a imensa maioria tem os dois números; há exceções, como *férias*, que só pode ser plural, e *ouro*, que é sempre singular, mas são relativamente poucas.

No padrão escrito a concordância de número se faz da mesma maneira que a de gênero, isto é, o núcleo determina o número dos modificadores, determinantes, quantificadores e outros elementos não nucleares:

O livro / os livros

Essa menina despenteada / essas meninas despenteadas.

No entanto, o autor afirma que o PB trata essa regra de maneira diferente da língua escrita. A marca de plural, a saber, o sufixo –s (e suas variantes alomórficas), na maioria das vezes, ocorre apenas no primeiro elemento do SN, quando este é um determinante, um

quantificador ou um possessivo (ou seja, os elementos pré-nucleares, exceto o modificador). Assim, ambas as formas dadas abaixo são aceitáveis:

Os livros / os livro

Essas meninas despenteadas / Essas menina despenteada

Meus filhos / meus filho

Se não há termos pré-nucleares, o núcleo pode aparecer sem marca de plural, e nesse caso a concordância é toda feita no singular. Assim, o que no padrão se escreve:

Meninas são muito estudiosas.

No PB fica:

Menina é muito estudiosa.

Mas, Perini (2010) também alerta para um ponto: essas são regras gerais do PB, seguidas por praticamente todos os falantes, de todas as classes sociais e de todas as regiões. Não se trata de linguagem “inculta”, ou “regional”, mas do vernáculo comum a todos os brasileiros. E é preciso enfatizar, ainda, o caráter morfológico desse fenômeno, pois não se trata de simples omissão do *s* final. Provas disso são, primeiramente, a conservação do *s* quando ele não é marca de plural, como *atrás, nós, Luís*, que sempre mantêm o *s*. E, segundo, alguns itens que sofrem abertura da vogal média no plural conservam essa abertura, mesmo quando perdem o *s*: assim, diz-se muitas vezes *os óvo, os olho* com *o* aberto.

Ainda na “Gramática do Português Brasileiro”, Mário A. Perini (2010) exemplifica, o que seria de fato um “erro” na concordância, como apresenta nos exemplos e a seguinte explicação:

- a) Eu chegou ontem de Campo Grande.
- b) A Virgínea fizemos um bolo de chocolate.

Para nós, o que está errado nessas frases é que elas dão indicação contraditória sobre o ocupante de um dos papéis temáticos. No caso de (a), o Tema (quem chega de Campo Grande) é indicado como sendo “eu” pelo sujeito eu, mas como sendo uma pessoa diferente de “eu” pelo sufixo; e em (b) o agente de fazer seria “a Virgínia” segundo o sujeito, mas seria “nós” segundo o sufixo. O resultado, nos dois casos, é que a frase é semanticamente malformada, e por isso inaceitável (PERINI, 2010, p. 72).

3.1.2 Da Sociolinguística

Marcos Bagno (2007), em “Mas o que é mesmo variação linguística?”, segue o mesmo raciocínio de Perini (2010) sobre “erros” em concordância, mas no aspecto nominal. Para ele as variáveis da concordância nominal são um exemplo de heterogeneidade ordenada no plano morfossintático:

- a) aquelas casinha amarelinha
- b) *aquela casinhas amarelinha
- c) *aquela casinha amarelinhas

Somente a frase (a) ocorre no português brasileiro, enquanto (b) e (c) não ocorrem (por isso, estão assinaladas com um asterisco, símbolo usado pelos linguistas para identificar uma construção improvável ou impossível). A frase (a), como afirma o autor, é usada por praticamente todos os brasileiros, inclusive os altamente escolarizados em situações de falas espontâneas, desenvolvidas.

A partir disso, Bagno (2007) deduz, claramente, que existe uma regra por trás dessa construção, uma regra que diz: marque o plural somente no primeiro elemento do sintagma; regra que é perfeitamente obedecida por todos os que se servem dela.

Silvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão (2009) dizem que o conceito tradicional de concordância, em sua obra “Ensino de Gramática – descrição e uso”, funciona como uma marca muitas vezes explícita ou redundante da interdependência entre a palavra determinante e a palavra determinada, pois se trata da reiteração do mesmo conteúdo morfológico (categoria de gênero e/ou número) de um nome no(s) determinante(s), quantificador (es) e/ou adjetivo(s) a ele inter-relacionado(s), sintática e semanticamente.

Porém, para as autoras, a concordância nominal de gênero e número, sobretudo esta última, embora consistam em regras do português, nem sempre são integralmente atualizadas em suas variedades, como as do Brasil e mesmo as de Portugal, sendo mais propriamente o que se denomina de regras variáveis, dependentes da atuação de uma complexidade de fatores linguísticos e extralinguísticos. Assim, na fala de diferentes grupos sociais, o segundo sintagma nominal de (4) poderia apresentar, também, uma das estruturas indicadas em (5) sem que, naturalmente, se perdesse a inter-relação morfossintático-semântica entre os constituintes:

- (4) O professor conhece bem aquelas alunas atentas.
- (5a) Aquelas alunas atenta.
- (5b) Aquelas aluna atenta.

A ausência de marca de número em alguns desses vocábulos não deve ser encarada como algo excepcional ou errôneo, não só pelo fato de um sistema linguístico implicar diferentes normas de uso, mas também porque, na gramática de diversas outras línguas, como a do inglês, por exemplo, são canônicas construções como (6), em que só no nome se concentra a indicação de número singular/plural:

(6) The beautiful*girl*(*S*).

A abordagem tradicional sobre concordância verbal estabelece, para as construções com um só núcleo, a regra geral que propõe que o verbo deve ser conforme ao número e pessoa do sujeito. Sendo um fato morfossintático, essa relação entre verbo e sujeito se concretiza por meio das desinências verbais de natureza número-pessoal. A concordância verbal costuma ser valorizada nas aulas de Língua Portuguesa, especialmente na avaliação da produção textual dos alunos, por isso, Vieira e Brandão (2009) afirmam que o relevo que se dá ao fenômeno está intimamente relacionado à sua caracterização sociolinguística.

O tratamento tradicional dado à concordância verbal é considerado pelas autoras, por um lado, inconsistente, pois, ora, privilegia aspectos sintáticos ou morfológicos, ora, semânticos, e chega a admitir que o verbo concorde com outros termos da oração que não o sujeito. Por outro lado, isso também denota a expressiva variabilidade que envolve a concordância verbal, legitimada pelas gramáticas normativas, embora de forma não explícita.

Estudos sociolinguísticos revelam que a concordância verbal pode ser ou não concretizada pelo falante da língua, portanto, é um fato variável e deve ser encarado no ensino, principalmente por se tratar de um fenômeno estigmatizante na avaliação dos usuários da língua portuguesa e que codifica as relações socioculturais de um povo (2009, p. 92).

Vieira e Brandão (2009) trazem algumas propostas interessantes de como tratar este fenômeno no ensino, baseadas também em outros autores, como Mira Mateus et al. (2003, p. 403), que definem o fenômeno como a “atribuição dos morfemas de pessoa e número à forma verbal – entre o sujeito e o verbo principal”, ou seja, acrescentam a descrição do fenômeno como um fato da interface morfologia-sintaxe, o que, de acordo com as autoras, deve ser levado ao conhecimento do aluno nas aulas de Língua Portuguesa.

Fazer o aluno, então, compreender o conceito de concordância verbal é, a um só tempo, introduzi-lo no conhecimento da estrutura oracional e apresentar-lhe noções fundamentais da morfologia da língua portuguesa. Trata-se de um fato linguístico que permite

ao professor mostrar ao estudante como a estrutura da língua revela pontos de imbricação de dois níveis da gramática.

Maria Cecília Mollica (2007), no livro “Fala, letramento e inclusão social”, diz que da leitura das pesquisas só se deve extrair o que há de mais pertinente a fim de se criarem estratégias didáticas norteadas pelas três máximas propostas. Em geral, podemos agrupar os problemas como fono-ortográficos, morfossintático-gramaticais e discursivo-textuais; sendo o grupo morfossintático-gramatical o que mais interessa para este estudo.

Para a autora, a concordância se encaixa no quadro de fenômenos morfossintáticos que merecem metodologia pedagógica voltada tanto para fala quanto para a escrita. De modo geral, para a autora, a variação morfossintática deveria merecer atenção especial, pois, no caso da concordância, o uso de variantes não-padrão (ausência de marcas morfêmicas de gênero, número e pessoa) acarreta geralmente complicações para o falante sempre que esse dependa de uma avaliação baseada no conhecimento acerca das formas linguísticas de prestígio.

Em estudos de perspectiva variacionista, desenvolvidos ao longo de trinta anos sobre o português oral atual, a autora diz que se estabeleceram inúmeras correlações entre variáveis como *nível escolar* e *pressão escolar*. Em outro estudo de Mollica (1995) foram feitos testes de atitudes em que os indivíduos que participaram indagaram sobre o grau de sensibilidade que tinham em relação a certas marcas variáveis como também foram estimulados a fazer atribuições avaliativas. O resultado foi o alto grau de sensibilidade e repúdio às variantes desprestigiadas, fenômenos indicados como muito estigmatizados, entre eles a concordância nominal e verbal (2007, p. 53).

Mollica (2007) oferece algumas estratégias aplicáveis no nível da capacitação do professor. O professor deve selecionar, prioritariamente, as variáveis que mais atuam para a emergência do erro na escrita. Por exemplo, sintagmas nominais com dupla marca de número plural na fala, como em *ovo-ovos* não costumam oferecer problemas para o usuário do ponto de vista da concordância. No entanto, os sintagmas verbais e nominais cujo plural é regular e menos saliente fonicamente, como *ele fala – eles falam* ou *casa-casas* (cf. Lemle&Naro, 1977; Scherre, 1980) constituem o subgrupo mais problemático para o falante, que costuma marcar geralmente o plural nas formas mais audíveis fonicamente apenas no primeiro elemento, nos casos de sintagma nominal.

Com Base em alguns parâmetros apontados em Naro&Votre (1986) sobre o acordo entre sujeito (s) e verbo (v), Mollica (2007) dar relevância às seguintes variáveis: ordem SV/VS e distância nula ou presença de distância entre S e V (sujeito e verbo). Pelos estudos mais atuais, a ordem canônica SV no português pode estar em processo de mudança para VC

(verbo e complemento) em alguns contextos, paralelamente à tendência de marcar flexão à esquerda. Assim, os falantes naturalmente interpretam o sujeito pospostos ao verbo e/ou distante dele como um sintagma nominal (SN) objeto, resultando em menor índice de concordância. Sentenças *como chegou as aulas*, ou ainda *acabou, que pena, as aulas* ou *chegou, finalmente, as aulas* são extremamente comuns na fala e na escrita.

Portanto, a autora afirma que, pedagogicamente, trabalhar prioritariamente esses contextos é extremamente aconselhável, uma vez que as chances de processamento das variantes sem a concordância são bem altas (2007, p. 58). Alunos testados com relação à ordem SV/VS e à distância entre os constituintes demonstram que as variáveis consideradas são altamente relevantes: os falantes costumam estabelecer a concordância entre o sintagma em formas de plurais mais marcados na fala. Os resultados, na obra de Mollica (2007) mostraram que, em relação à posição e à distância sujeito/verbo, confirmou-se o reflexo da fala na escrita também quanto à concordância verbal. Uma instrução direcionada nesse sentido mostra-se eficaz, atentando-se para o fato de que palavras com função de sujeito podem posicionar-se à direita do verbo e, independentemente do lugar que ocupam na ordenação dos constituintes, são marcadas por desinência de flexão de tempo, modo, número e pessoa. É necessário lembrar que, quanto mais distante o sujeito do verbo, tanto mais provável a ausência de marca entre os constituintes.

Esses são alguns exemplos que têm como objetivo da autora demonstrar os meios através dos quais muitas informações dos estudos sociolinguísticos são valiosas para o ensino.

3.2. ANÁLISE DO MACRO FENÔMENONO LIVRO DIDÁTICO

A apresentação dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2010) em seu livro didático (LD) “Português: linguagens”, tanto no LD de 7º quanto de 9º ano, traz uma fala totalmente voltada para o aluno no intuito de informá-lo de que o livro foi escrito para suprir ou ajudar em sua necessidade de aprimoramento da capacidade de interação com as pessoas e com o mundo.

Para isso, os autores (CEREJA & MAGALHÃES, 2010, p. 4) utilizam-se de uma linguagem mais próxima daquilo que eles acreditam ser a linguagem dos jovens e adolescentes que farão uso desse livro didático, como “E também para você que, ‘plugado’ no mundo, viaja pela palavra [...]”. Apesar de a palavra *viaja* não ter sido destacada como uma palavra não padronizada, seu uso pragmático nesse contexto não padrão, pelo contrário, está empregada com o mesmo significado variante utilizado pelos jovens. Portanto, em nenhum

momento, menciona as variações de uso que a língua pode oferecer, mas utiliza-se de algumas dessas variações e comenta, ao falar das características do aluno que irá ler o LD, sobre “transitar livremente entre linguagens” e usar a língua portuguesa “como um de seus donos”.

Também, em ambos os LDs analisados, de 7º e 9º ano, não se comenta abertamente sobre variação linguística, nem sobre o porquê de se aprender a norma padrão, objetivo maior do LD. No máximo, os autores apresentam alguns fenômenos de uso coloquial da língua, como o gerundismo, no livro do 7º ano, e, no livro do 9º ano, o estrangeirismo, que deu origem a algumas de nossas palavras como *tatuagem*, e o uso variável para alguns verbos fora de seu contexto padrão, como o verbo *encarar*, posto no sentido de *lidar com*, nas orações “Como você encara uma tatuagem?” e “Mas a coisa virou moda jovem e é preciso encará-la” (2010, p. 39).

Na questão da apresentação do fenômeno da concordância, Cereja e Magalhães, no LD do 7º ano, ao construírem o conceito do sujeito, introduzem a noção de que o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa. Por meio de exercícios, amplia-se o conhecimento de concordância verbal.

Baseado numa reportagem de Curitiba sobre o início de trios elétricos no carnaval de Salvador, tem-se três exercícios, como está no seguinte quadro (2010, p. 117):

1. Leia esta oração do texto:
 “O carnaval de Salvador não seria o mesmo depois de 1950.”
 - a) Identifique o sujeito dessa oração.
 - b) Qual é o núcleo desse sujeito?
 - c) Observe o verbo dessa oração. Ele concorda com o sujeito, isto é, ele está na mesma pessoa e no mesmo número que o sujeito?
2. Na oração “Da velha fubica às gigantescas carretas com luzes de neon e milhares de watts de potência sonora, os dedos da eletrizante dupla estavam presentes”, o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa? Justifique sua resposta.
3. Conclua: Qual é o princípio geral da concordância do verbo com o sujeito na língua portuguesa?

Em seguida, os autores (CEREJA & MAGALHÃES, 2010, p. 118) dão exemplos de casos específicos da concordância verbal:

Concordância do verbo com o sujeito simples:

Quando o sujeito é representado por um substantivo coletivo, o verbo fica no singular [verbo concordando com a palavra e não o sentido, como apresentado por Bechara (2008)]:

“A **turma**gostou muito do passeio ao zoológico.”

Quando o sujeito é representado por nomes próprios de lugares ou títulos de obras precedidos de artigo no plural, o verbo fica no plural:

“**Os Andessão** a maior cordilheira do mundo.”

Concordância do verbo com o sujeito composto:

Quando o sujeito composto vem antes do verbo, este fica no plural:

“**O ouro e a prata**são metais preciosos.”

Quando o sujeito composto vem depois do verbo, este concorda com o núcleo mais próximo ou com todos, ficando no plural:

“**Gritava/Gritavamo** pai, a mãe, a avó e as crianças.”

Esta apresentação do fenômeno da concordância verbal (não aparece concordância nominal) termina com exercícios, onde o aluno deve reescrever as frases completando-as com a forma verbal adequada, como no exemplo: “A menina (saiu/saíram) correndo na hora do intervalo” (2010, p. 119).

No LD do 9º ano (2010, p.171), inicia-se pela concordância nominal, mas antes de trazer o seu conceito, o livro relembra a concordância verbal com alguns exercícios e apresenta o conceito geral de concordância como o “princípio linguístico que orienta a combinação das palavras na frase” (CEREJA & MAGALHÃES, 2010, p. 172). A partir disso define concordância nominal e verbal:

Concordância Nominal: é a concordância, em gênero e número, entre o substantivo e seus determinantes: o adjetivo, o pronome adjetivo, o artigo, o numeral e o particípio.

Concordância Verbal: é a concordância do verbo com seu sujeito, em número e pessoa.

Mais à frente, o LD do 9º ano traz regras especiais de acordo com a norma padrão, como a questão da concordância ou não das expressões *é proibido*, *é necessário* e palavras como *bastante*, *meio*, *pouco*, *anexo*, *obrigado*, *mesmo* e *próprio*, por exemplo. Mas em nenhum momento explicam o conceito de norma padrão.

Para trabalhar a concordância na construção do texto, os autores trazem um poema de Chacal (2010, p. 175). O poema é usado para se trabalhar marcas de oralidade e variação

linguística, como em alguns exemplos de exercícios registrados a seguir (CEREJA & MAGALHÃES, 2010, p. 176):

Papo de índio

Veiu uns ômidi saia preta

cheiudi caixinha e pó branco

Qui eles disserumqui chamava açucrí

Aí eles falarum e nós fechamu a cara

depois eles arrepitirum e nós fechamu o corpo

Aí eles insistirum e nós comemu eles.

1. O texto, apesar de escrito, apresenta algumas marcas de linguagem oral.
 - a) Identifique palavras ou expressões que tenham sido escritas exatamente como se fala, sem respeitar as normas da ortografia oficial.
 - b) Identifique no texto dois procedimentos linguísticos próprios de relatos ou narrativas orais.
 - c) Explique a relação entre o título e as marcas de oralidade do texto.
 - d)
2. Além das marcas de oralidade, o texto apresenta outras palavras e expressões que fogem à norma padrão.
 - a) Reescreva todo o texto de acordo com a norma padrão da língua. Se quiser, mantenha expressões como *fechar a cara* e *fechar o corpo*.
 - b) Na nova redação dada ao texto, como ficariam as palavras “Veiu”, “cheiu” e “fechamu”? Por que elas sofreram modificação?
 - c) Dessas três palavras que deixam de observar os princípios da concordância, quais se assemelham mais entre si? Por quê?
 - d) Desses desvios em relação à norma padrão, qual deles é socialmente considerado mais grave? Por quê?
3. Essas situações e outras do texto demonstram que o autor, intencionalmente, fez uso de variedades linguísticas não padrão para tratar de uma situação de colonização, de dominação política e cultural exercida pelo branco colonizador sobre o índio:
 - a) Os desvios linguísticos empregados são específicos da fala dos índios brasileiros ou caracterizam variedades não padrão da língua portuguesa, sendo, por isso, próprios da fala de grande parte dos brasileiros. Justifique.
 - b) Uma das formas de dominar um povo é destruir sua cultura e sua língua. Mas, no texto em estudo, o índio é quem acaba dominando e devorando o colonizador. Essa atitude é compatível com o tipo de língua empregado? Por quê?

Portanto, como é percebido nas atividades apresentadas, os autores incluem a questão da variação linguística ao tratar do conteúdo da concordância. Porém, os conceitos de variação linguística e norma padrão, várias vezes mencionados, aparecem sem nenhuma explicação prévia. E, por mais de uma vez, associam as variantes a desvios da norma padrão.

Os exercícios que têm uma abordagem mais próxima da relação entre a gramática e as variantes na concordância só pedem para identificar e reescrever na norma padrão e, por fim, o livro traz uma proposta de reflexão de que as variantes podem estar em processo de dominação da norma culta. Mas pela forma como se conduziu os exercícios até este ponto, parece um chamado contra essa dominação.

Em um último quadro sobre esta parte da gramática, o livro didático apresenta a função da concordância, exibindo mais um conceito sociolinguístico superficialmente, que é a norma culta (2010, p. 176):

A concordância – verbal ou nominal – está ligada aos princípios lógicos que regem a língua e o pensamento humano. Concordar adequadamente o sujeito com o verbo ou o adjetivo com o nome pode tornar o texto mais preciso, sem ambiguidades. Porém, o principal valor da concordância é social.

Socialmente, existe uma variedade linguística de prestígio, que é a norma culta. Em determinadas situações formais – como falar em público, fazer entrevistas para conseguir emprego, falar com autoridade – devemos empregar essa norma, senão corremos o risco de sermos julgados de forma preconceituosa e não alcançarmos nossos objetivos. E, nessa variedade, um dos princípios linguísticos mais notados e exigidos socialmente é o da concordância.

QUADRO RESUMO COMPARATIVO – LDs do ENSINO GRADUAL

	Livro Didático 7º ano	Livro Didático 9º ano
Referência à V.L. e/ou outros conceitos sociolinguísticos	NÃO	SIM
Explicação de conceitos sociolinguísticos	NÃO	NÃO
Apresentação do conteúdo da concordância	SIM	SIM
Referência às variedades linguísticas da concordância	NÃO	SIM
Abordagem adequada das variedades no fenômeno da concordância	NÃO	NÃO

Os livros didáticos para educação de jovens e adultos abrangem o conteúdo de todas as matérias: língua portuguesa, matemática, história, geografia, artes e inglês. São vários autores e eles fazem uma apresentação única dos objetivos do livro didático como um todo.

Desta apresentação, podemos destacar algumas partes que interessam a este estudo, como o objetivo de que o livro ajude o aluno a compreender o mundo em que vive e atuar nele de forma crítica e inovadora; também, com a ajuda do educador, além do LD, desenvolver atitudes e competências fundamentais para o exercício da cidadania e, com um bom conhecimento da Língua Portuguesa, participar da luta pelos direitos assegurados na Constituição, conquistando a cidadania pelo envolvimento nas questões sociais (SILVA, SILVA & MARCHETTI, 2009, p. 3). Pelo raciocínio que se seguiu até aqui no presente estudo, o tratamento das variedades linguísticas estariam, então, inclusas no ensino para se alcançar tal objetivo de conhecimento da língua para o desenvolvimento crítico e modificador da realidade.

O LD de EJA do 8º ano, logo no primeiro capítulo, traz reflexão sobre a língua e seus usos. Inicia-se a obra com exercícios de interpretação e gramática da letra da canção “Cuitelinho”, famosa na voz de Nara Leão, mas antes propõe algumas perguntas para discussão em sala. Confira, na página seguinte, a sequência de atividade (2009, p. 12):

Antes de começar a leitura do texto, vamos refletir sobre algumas maneiras de o ser humano se relacionar com o mundo? Para tanto, você vai discutir algumas questões oralmente:

1. Será que todas as pessoas observam o mundo da mesma forma?
2. As informações e a formação cultural de uma pessoa influenciam o modo como ela percebe o mundo e reflete sobre suas ações?
3. Quando lemos um texto, ouvimos um poema de cordel, escutamos uma música, assistimos a um filme, a uma representação teatral, participamos de uma dança, etc., conseguimos perceber a importância dessas manifestações para a cultura de um povo?

Cuitelinho

Cheguei na beira do porto

Onde as onda se espacia

As garça dá meia volta

E senta na beira na praia

E o cuitelinho não gosta

Que o botão de rosa caia, ai, ai

Ai quando eu vim

Da minha terra despedi da parentáia

Eu entrei no Mato Grosso

Dei em terras paraguaias

Lá tinha revolução

Enfrentei fortes batáia, ai, ai

A tua saudade corta

Como aço de naváia

O coração fica aflito bate uma, a outra faia

E os óio se enche d' água

Que até a vista se atrapáia, ai...

Os autores dedicam a esse texto da canção uma sequência de exercícios para visualização da variação linguística dentro da música e o livro, logo em seguida, apresenta um quadro explicativo sobre o fenômeno. Porém, em nenhum momento, tanto neste capítulo quanto nos outros da parte de português, chegam a tratar o fenômeno da concordância, muito menos as suas variedades, tão presentes na letra da música (2009, p. 15):

Variedades linguísticas

1. Leia os versos a seguir:

Ai quando eu vim

Da minha terra

Despedi da parentáia

- a) O que significa a palavra “parentáia”?
- b) Consulte o dicionário e verifique se a palavra “parentáia” está registrada.
- c) De que maneira essa palavra aparece no dicionário? Transcreva-a com o significado.
- d) Qual deve ser o motivo de a palavra ser escrita de formas diferentes (na canção e no dicionário)?
- e) Quais outras palavras presentes na canção são registradas de maneira semelhante a “espáia” e “batáia”?
- f) Por qual motivo as palavras “espáia”, “parentáia” e “batáia” foram escritas dessa maneira?
- g) A partir das questões anteriores é possível afirmar que existe uma única forma de falar ou escrever na nossa língua?

Variedades da Língua:

Em nossa sociedade há falares mais prestigiados e menos prestigiados. Damos o nome de norma urbana de prestígio aos falares urbanos que em uma comunidade linguística desfrutam de maior prestígio político, social e cultural. O uso da língua empregado por falantes cultos da área urbana costuma ser prestigiado socialmente tanto na fala quanto na escrita.

Mas a língua pode se manifestar em outras variedades, ou seja, outras maneiras de falar e escrever, diferentes da norma de prestígio e tão legítimas quanto.

Utilizando o texto de Moacyr Scliar, “Casa grande & quintal”, o LD do 9º ano para EJA (2009, p. 69), propõe, inicialmente, exercícios que demonstram a relação entre o verbo e o sujeito e denominam esse tipo de relação de concordância verbal. Em seguida, apresentam regras gerais e especiais da concordância verbal (2009, p. 71):

1. Releia os seguintes trechos do texto “Casa grande & quintal”:

Trecho 1

“No quintal, as pessoas também trabalham, mas não ganham tão bem assim.”

Trecho 2

“Muitos moradores do quintal têm raiva dos moradores da casa. Fazem demonstrações, gritam slogans.”

Responda: qual é o sujeito das orações destacadas? Como você descobriu isso?

2. Releia o penúltimo parágrafo do texto em que se localiza esta frase.

“Acordam de olhos arregalados, suando muito, e suspiram aliviados quando constataam que tudo não passou de um pesadelo.”

a) Qual é o sujeito das orações destacadas?

Por que o verbo “acordar” está no plural e o verbo “passar”, no singular?

Regra Geral:

O verbo concorda com o sujeito em número e pessoa. Assim, se o sujeito estiver no singular, o verbo deverá ir para o singular concordando com ele. Exemplo: A casa, de maneira geral, é muito confortável.

Se o sujeito estiver no plural, o verbo deverá ir para o plural concordando com ele. Exemplo: As casas, de maneira geral, são muito confortáveis.

Regras Especiais:

1. Quando o sujeito simples for formado por expressões partitivas (parte de, a maioria de, uma porção de, metade de, grande parte) o verbo pode ficar no singular ou ir para o plural.
2. Quando o verbo *haver* significa “existir”, ele só é empregado no singular, ou seja, permanece na 3ª pessoa do singular. Chamamos esse tipo de verbo de impessoal. O verbo *existir* segue a regra geral da concordância: se o sujeito estiver no plural, ele também ficará no plural.

O restante do tratamento do fenômeno da concordância no LD do 9ºano para EJA consiste em duas páginas de atividades. Uma parte dos exercícios é trabalhando em cima das regras especiais de concordância, como a diferença entre a concordância verbal do verbo *existir* e do verbo *haver* com sentido de existir (2009, p. 72):

1. Reescreva as orações a seguir, substituindo o verbo “existir” pelo verbo “haver”:

- a) Não existirão mais barreiras entre o comércio casa-quintal.
- b) Não devem existir mais barreiras entre o comércio casa-quintal.
- c) “Algumas pessoas da casa já propuseram que não existam mais barreiras.”

2. Concluindo: o verbo “haver”, na questão 6, ficou no singular ou no plural? Por quê?

Outros exercícios pedem para se completar as lacunas das frases com substantivos ou verbos, conforme pedissem, fazendo a adequação necessária em relação à concordância.

Porém, outros dois exercícios destacam-se por apresentar exemplos de variação linguística no fenômeno da concordância e por utilizar termos sociolinguísticos. Mas não há

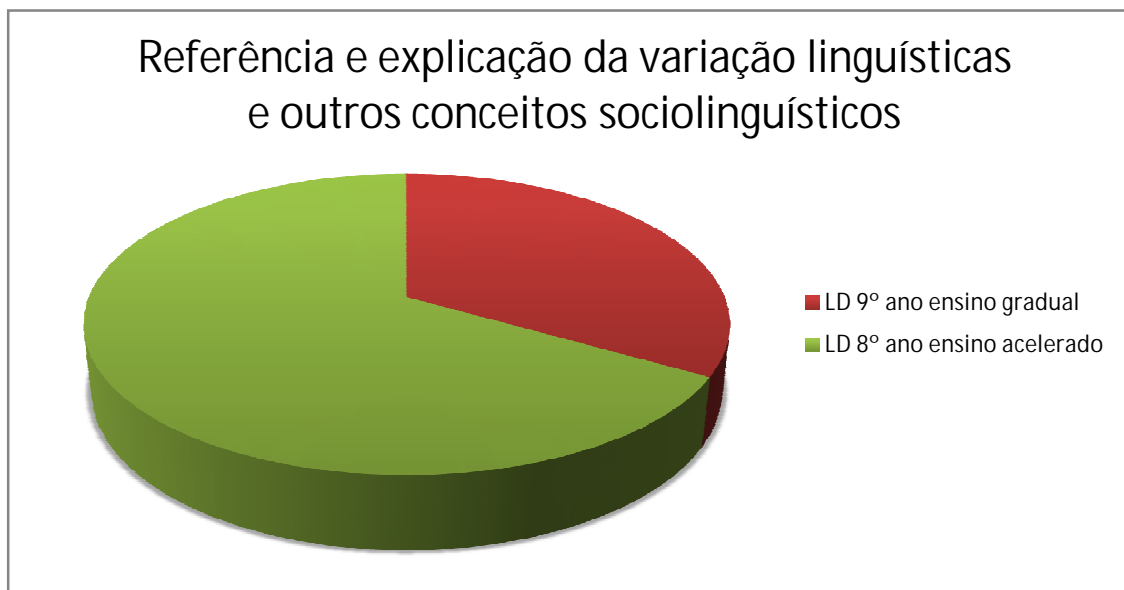
referência explícita à variação linguística, nem explicação dos conceitos sociolinguísticos e, mais uma vez, os exercícios se focam na “correção” das variedades linguísticas (2009, p. 73):

1. Coloque-se no lugar do professor. Reescreva as frases a seguir, corrigindo o que for necessário.
 - a) Eu e meu esposo trabalhava juntos no mercado.
 - b) Ele pediu para que eu e meu esposo sentasse.
 - c) Depois de dois meses, os sintoma passou.
 - d) Que tal nós fazer uma festa de Natal?
 - e) Os seus amigos, as suas noitadas sempre esteve em primeiro lugar.
 - f) Quando nós precisava-mos mais de seu carinho, você dizia que isso era dever da mãe.
2. O correto, segundo a norma urbana de prestígio, é dizer “Os Estados Unidos não assinaram o tratado” ou “Os Estados Unidos não assinou o tratado”?

QUADRO RESUMO COMPARATIVO – LDs do ENSINO ACELERADO

	Livro Didático 8º ano	Livro Didático 9º ano
Referência à V.L. e/ou outros conceitos sociolinguísticos	SIM	NÃO
Explicação de conceitos sociolinguísticos	SIM	NÃO
Apresentação do conteúdo da concordância	NÃO	SIM
Referência às variedades linguísticas da concordância	NÃO	SIM
Abordagem adequada das variedades no fenômeno da concordância	NÃO	NÃO

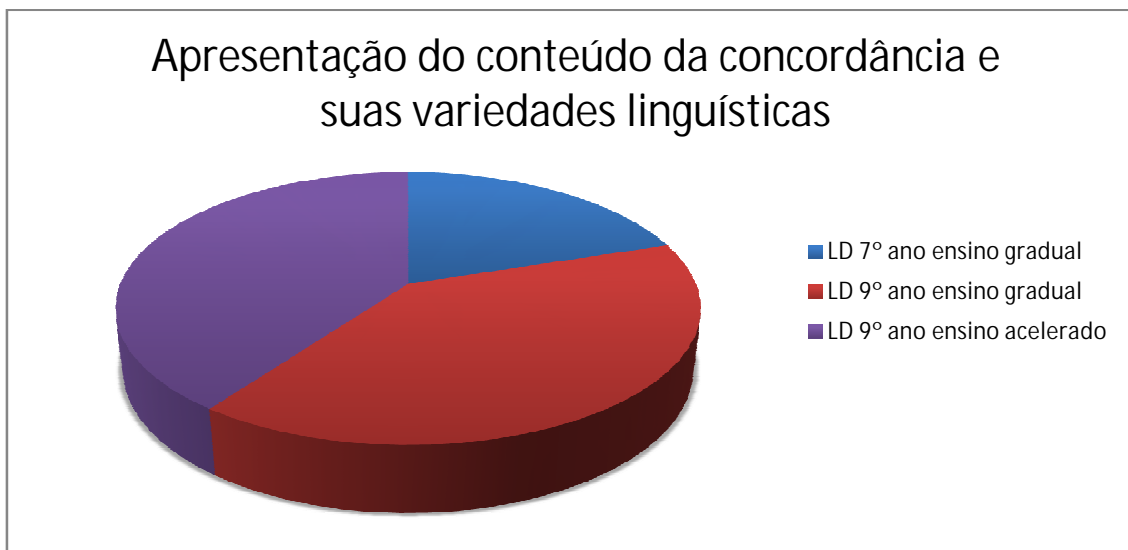
Desse ponto em diante, apresento a quantificação dos dados obtidos, relacionando entre si os quatro livros didáticos analisados e que representam os dois tipos de ensino. O primeiro gráfico, apresentado na página seguinte, mostra os livros que apresentam referência à variação linguística e explicação de termos ou conceitos da sociolinguística.



Os LDs do 7º ano do ensino gradual e do 9º ano do ensino acelerado não aparecem, pois não comentam nem explicam a variação linguística e/ou outros conceitos sociolinguísticos.

O LD do 9º ano do ensino gradual não comenta sobre a variação linguística e outros conceitos sociolinguísticos antes de tratar da gramática padrão da língua portuguesa. Faz isso ao entrar no tratamento da concordância verbal e nominal utilizando os termos *norma padrão*, *variedades linguísticas* e *marcas de oralidade*, mas não explica e exemplifica estes termos, que apenas se transformam em mais palavras complicadas e descontextualizadas da língua portuguesa para os alunos. Outro termo apresentado é a *norma culta*, a qual é dita como variedade de prestígio e que uma de suas exigências é o emprego da concordância de acordo com a norma padrão e, por isso, o livro afirma a importância de se saber empregar este fenômeno. Porém, não diz por que essa variedade se diz culta e porque também é chamada de norma, se é a mesma coisa que a norma padrão ou não, por exemplo.

O segundo gráfico a ser apresentado relaciona os que livros trabalham com o conteúdo da concordância e também os que apresentam as variedades linguísticas relacionadas a esse fenômeno, como também pode ser visto na página seguinte:



O LD de 8º do ensino acelerado não trabalha com este conteúdo. O LD do 7º ano apresenta o conteúdo da concordância verbal, sua regra geral e conceitos específicos. Os exercícios, porém são metalinguísticos com o único objetivo de exercitar os conhecimentos sobre o conceito padrão da concordância. No LD do 9º ano do ensino gradual, apresenta-se o conteúdo da concordância verbal e nominal e também, através de exercícios, as variedades do fenômeno da concordância. Mas os exercícios não trazem reflexão sobre os usos da língua e sim induzem a um conceito de “erro” ou de “não aceito” das variedades. Por fim, no LD do 9º ano do ensino acelerado, trabalha-se o conteúdo da concordância com bastante exercícios, onde a maioria é voltado para a norma padrão. Porém, em dois exercícios finais, comenta-se sobre as variedades linguísticas dentro desse fenômeno, mas a proposta dos exercícios não vai além de “corrigir” as orações de acordo com a norma padrão em relação à concordância.

Portanto, em relação à abordagem das variedades linguísticas no fenômeno da concordância, o que constituiria um novo gráfico, nenhum dos livros didáticos que apresentaram essas variedades teve uma abordagem adequada ou satisfatória.

3.4.COMENTÁRIOS DAS ENTREVISTAS

Esta parte da análise destina-se a comentar algumas falas dos professores em relação ao macro fenômeno da variação linguística no ensino dentro da sala de aula e no suporte do livro didático, como também em relação ao tratamento do fenômeno da concordância. A entrevista feita com os professores foi dividida em dois blocos de perguntas, o primeiro contempla os conhecimentos teóricos e práticos dos professores sobre variação linguística e o segundo contempla a variação e o fenômeno da concordância nos dois tipos de ensino. O

modelo original da entrevista e as entrevistas na íntegra encontram-se na metodologia e no apêndice, respectivamente.

Quatro professores foram entrevistados e identificados Pelos seguintes códigos: P 1, P 2, P 3 e P 4. Todos têm experiência tanto no ensino gradual quanto no ensino acelerado, porém alguns professores não trabalham mais com o EJA já há algum tempo ou, como P 4, entraram este ano na educação de jovens e adultos e preferiram não responder o segundo bloco de perguntas por falta de embasamento prático.

Em relação ao conhecimento que eles têm sobre variação linguística, apenas P 4 demonstrou conhecimento satisfatório sobre o tema, mesmo não lembrando a abordagem dos PCN sobre variação linguística, e, pelas palavras utilizadas no enxerto abaixo, considera este um fenômeno natural da língua:

P 4 – Na faculdade estudei sobre variação linguística. Sim, considero que a língua pode se manifestar em outras variedades, ou seja, outras maneiras de falar e escrever. Por ser dinâmica, a língua passa por processos naturais de mudança, variando na fala e na escrita, conforme o tempo em que se vive, lugar onde se mora, idade, escolaridade, circunstâncias em que a produzimos. Não recordo onde é tratado esse assunto dentro do PCN.

Essa forma de falar que é usada pela maioria das pessoas no dia a dia, caracteriza-se pela despreocupação com inúmeras regras da gramática – plurais, concordâncias, flexões dos verbos etc. – e pela presença frequente de expressões populares e frases feitas e de gírias.

Já os outros professores admitem não saber profundamente sobre o tema e que ouviram falar sobre isso apenas na escola de forma parcial, como P 2, ou na faculdade como P 1 e P 3. Em relação a abordagem nos PCN, P 3 diz não conhecer, já P 1 conhece e diz que suas únicas orientações sobre variação linguística hoje são as do PCN, as quais usa em sala de aula. P 2 também diz conhecer a abordagem da variação nos PCN, onde é estudada na pluralidade cultural, mas, ao falar o que pensa sobre a variação linguística, utiliza conceito contraditório:

P 2 – Acho que a variação linguística, no Brasil, é fantástica, já que somos um povo homogêneo linguística e culturalmente.

Apenas P 3 diz que nunca refletiu sobre o assunto, mas o restante dos professores, mesmo que alguns não conheçam muito bem o fenômeno da variação linguística, reconhecem seu valor e a importância de ser trabalhada no ensino para o desenvolvimento das competências linguísticas:

P 1 – Penso que tratar a variação linguística se torna algo extremamente relevante para desenvolver o leitor e o escritor competentes, capazes de usar, adequadamente, a língua, seja ela escrita ou falada.

Em relação ao uso dessa teoria em sala de aula e a percepção ou não dos alunos dessa abordagem, P 2 comenta que não aborda variação linguística em sala, apenas tenta respeitar a condição socioeconômica de cada um e suas linguagens. Isso não necessariamente é o mesmo que valorizar a expressão cultural deles e muito menos fazer com que eles também vejam sua importância. Mas reconhece a insuficiência de sua abordagem e até atitudes de preconceito linguístico e seu impacto nos alunos:

P 2 – Quando trabalhei no ensino médio no Recanto das Emas, a variação linguística era marcante já que a cidade acomodava pessoas, na sua maioria, do nordeste e da região norte além da injustiça social que faz com que a cidade tenha uma parcela grande de pessoas com a pior distribuição de renda. Devido a tudo isso, tive um pouco de dificuldades em ensinar e cobrar da norma culta. Daí percebi que não passava de um preconceito meu em não querer aceitar o “falar” “escrever” de meus alunos. Eles, obviamente, notaram e até se sentiram chateados com amaneira de eu querer impor aquilo que eu achava correta, desrespeitando-os.

Já P 1 e P 4 procuram trabalhar na prática o conceito da variação. P 4 utiliza textos regionalistas, já que seus alunos vêm de diversas regiões, mas P 1 encontra dificuldades alegando que o próprio sistema educacional não tenta abordar a variação no ensino e muito dos alunos ainda apresentam resistência a esse tema:

P 1 – É difícil seguir a teoria porque nos encontramos presos a um currículo que nos exige o cumprimento de conteúdos de maneira formal e as avaliações que são desenvolvidas pelo sistema educacional brasileira não privilegiam essas variações, muitas vezes cobrando do aluno apenas a norma culta. Apesar de concordar e trabalhar o tema da variação em sala, não considera um trabalho fácil, pois o próprio sistema educacional não tenta abordar a variação no ensino.

Alguns alunos têm essa percepção sim, relatando histórias positivas das situações em que fizeram uso dessas variações. Mas, a grande maioria ainda está limitada a questão do erro no falar e no escrever.

Sobre como a variação é tratada nos dois tipos de ensino, os três professores que responderam essa parte, P 1, P 2 e P 3, concordam entre si que a variação é melhor tratada e aprofundada no ensino regular (o que contradiz a análise dos livros feita neste trabalho, onde o LD que melhor trabalha este tema é o de 8º ano do ensino acelerado):

P 1 – Já trabalhei com EJA e agora estou com Ensino Fundamental e o tratamento da variação linguística está mais aprofundado no Ensino Fundamental, devido a abordagem que é dada a diversidade textual. Já em EJA, é mais comum apresentar ao aluno conteúdos sintetizados, resumos e materiais que, na maioria das vezes, acabam não abordando adequadamente a variação linguística.

P 2 – Acho menos superficial no ensino médio regular, onde o professor de Artes trabalha a variação linguística juntamente com o professor de Português.

P 3 – Já trabalhei com as duas modalidades de ensino. Devido ao tempo de convivência da própria turma, o tratamento da variação linguística está mais aprofundado ao ensino fundamental do curso regular. Apesar de o EJA ser uma modalidade de compactação do curso regular, podendo ser do ensino fundamental ou do ensino médio.

P 1 e P 3, sobre qual melhor conteúdo para se trabalhar a variação linguística, ainda acrescentam que a variação pode ser trabalhada em qualquer tema e tipo de ensino, cabendo ao professor saber conduzir, adequar e contextualizar o conteúdo conforme for.

No tratamento da concordância, estes mesmos três professores tentam abordar as duas normas linguísticas relacionadas a ela e sentem, também, a necessidade de adaptação do LD, demonstrando que reconhecem a importância do professor saber pesquisar sobre o conteúdo a ser ensinado e adaptar seu material de ensino:

P 1 – Para atender ao currículo, é preciso trabalhar a concordância tanto na fala quanto na escrita. Na minha prática, procuro mostrar aos meus alunos que há várias maneiras de falar e que o importante é que a mensagem transmitida seja coerente para que quem a recebe possa interpretá-la adequadamente. Depois, mostro-lhes como as gramáticas normativas determinam ser a forma “correta” de fazer a concordância. É sempre preciso fazer adaptações, complementações, buscar material de apoio, explorar histórias relatadas pelos próprios alunos.

P 2 – Sim, é estigmatizado (o fenômeno da concordância). Procuro trabalhar as duas formas respeitando as maneiras de “falar” diferentes da minha. O livro adotado pela escola não contempla variação linguística, portanto, terei que fazer adaptações.

P 3 – Trabalhar a questão das concordâncias (verbal ou nominal) é uma questão de respeito a vários aspectos a serem observados e analisados ao longo da convivência da turma e de cada aluno individualmente, pois há vários fatores tais como regionalismo, socioeconômico, étnico e até mesmo familiar. Fatores estes, advindos das próprias origens de cada pessoa (ou aluno). Portanto, deve ser trabalhado principalmente na fala, respeitando-se as individualidades.

Quase todos os livros contemplam a variação dentro desse tema. As adaptações se fazem necessárias e devem ser feitas por cada profissional da educação.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda pesquisa demonstrei o valor e a função da variação linguística no ensino e como alguns autores conseguiram apresentar essa possibilidade de ligação entre o fenômeno e ensino da norma padrão, cada um a sua maneira. Ilari (2009, p. 237), em “O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos”, utiliza uma ilustração do linguista italiano Paolo d’Achille, onde a língua é comparada a uma grande cidade com bairros centrais e bem planejados, mas também com bairros periféricos que se desenvolveram sem planejamento. A língua, da mesma forma, exibe uma diversidade semelhante e o papel do professor de língua materna é a de alguém que conhece essa cidade a fundo e que deseja preparar os habitantes que chegam para usufruírem todas as possibilidades que essa cidade proporciona. Concluindo sua fala sobre a função do educador, Ilari (2009, p. 237) continua:

Nessa tarefa, o que conta é a sua experiência, muito mais rica do que a do educando, e o grau de confiança que o educando consegue adquirir nesse processo. E é óbvio: não se cria confiança mútua desqualificando (a língua d) o outro.

Gostaríamos que esse maior conhecimento – que entendemos como um conhecimento vivido – fosse o grande fator de autoconfiança do professor, e acreditamos que isso é razoável e possível.

Porém, como foi visto na maioria das falas dos professores ao responderem o inquérito, há uma dificuldade grande em exercer esse papel, reconhecendo, eles mesmos, o pouco conhecimento que têm sobre o tema para aplicá-lo ou para adaptar o material didático; adaptação que dizem tantas vezes ser necessária. Alguns até reconhecem o valor da variação linguística e gostariam de entendê-la melhor para utilizar no momento da aula e/ou evitar o preconceito linguístico, cometido às vezes por falta de informação ou até mesmo por acreditarem estar fazendo o certo ignorando ou reprovando as variedades linguísticas trazidas pelos alunos, como assumiu o entrevistado P 2. Outros nem chegam a pensar no assunto, como P 3, que admite ainda não ter refletido sobre o fenômeno e se preocupado em colocar a teoria em prática, apesar de também considerar importante o respeito pela diversidade.

Os professores precisam, então, de auxílio e suporte para a adaptação e adequação dos conteúdos ao contexto da realidade em que eles e seus alunos vivem, inserindo, assim, a variação linguística no ensino. O livro didático já é visto como material auxiliador do professor em sala de aula, mas, como foi visto na análise, apresenta ainda muita deficiência

em alguns fatores como a questão de contextualização dos conteúdos, definição adequada dos conceitos sociolinguísticos e gramaticais e apresentação correta da importância da normatização, ao mesmo tempo em que valoriza a diversidade linguística. Esses fatores ajudam a alcançar alguns dos objetivos de ensino-aprendizagem, a saber, a reflexão crítica da língua, o domínio da linguagem e seus usos contextualizados, a capacidade de expressão e o poder de modificação da realidade como sujeito; objetivos tão presentes nas falas de apresentação dos autores desses mesmos livros didáticos. E, ainda, o professor sabendo abordar e valorizar as variedades, melhora sua relação com os alunos, que passam a notar que estão na escola para contribuir também e não apenas para receber.

Por isso, para que o professor possa cumprir de forma mais eficiente o seu papel, é preciso rever essa parte nos livros didáticos no tocante à união da norma padrão com as variedades linguísticas. Entendo que a perfeição é inalcançável, mas é possível melhorar bastante ainda o tratamento do livro didático dado às questões linguísticas ligadas intrinsecamente às questões sociais, culturais e temporais, melhorando também, conseqüentemente, o quadro atual do ensino e do auxílio ao profissional da educação.

APÊNDICES—
ENTREVISTAS COM PROFESSORES

I. ENTREVISTA COM P1

DADOS PESSOAIS

1. FEMININO
2. FORMAÇÃO: Pedagogia
3. TEMPO DE PROFISSÃO: 5 anos
4. TRABALHA EM ESCOLA PÚBLICA
5. TURMAS ATUAIS: 4º ano do fundamental e já trabalhou com EJA

CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

1. Ouvi falar de variação linguística ao longo do meu curso de Pedagogia, quanto fizemos a disciplina Didática do Ensino da Língua Portuguesa, porém, não tenho conhecimento aprofundado sobre o assunto. Trabalho as minhas aulas a partir das orientações dos PCNs.
2. Penso que tratar a variação linguística se torna algo extremamente relevante para desenvolver o leitor e o escritor competentes, capazes de usar, adequadamente, a língua, seja ela escrita ou falada.
3. É difícil seguir a teoria porque nos encontramos presos a um currículo que nos exige o cumprimento de conteúdos de maneira formal e as avaliações que são desenvolvidas pelo sistema educacional brasileira não privilegiam essas variações, muitas vezes cobrando do aluno apenas a norma culta.
4. Alguns alunos têm essa percepção sim, relatando histórias positivas das situações em que fizeram uso dessas variações. Mas, a grande maioria ainda está limitada a questão do erro no falar e no escrever.
5. Trabalho com vários livros didáticos, buscando em cada um deles um pouco de diversidade que favoreça a melhor compreensão dos alunos quanto aos conteúdos que são abordados em sala de aula.
6. Infelizmente, ainda não. Até porque, não há um livro que seja bom o suficiente para contemplar todo o conteúdo de forma interdisciplinar e didaticamente favorável.

TIPOS DE ENSINO – CORRELAÇÃO ENTRE EJA E ENSINO FUNDAMENTAL

1. Já trabalhei com EJA e agora estou com Ensino Fundamental e o tratamento da variação linguística está mais aprofundado no Ensino Fundamental, devido a abordagem que é dada a diversidade textual. Já em EJA, é mais comum apresentar ao aluno conteúdos sintetizados, resumos e materiais que, na maioria das vezes, acabam não abordando adequadamente a variação linguística.
2. Todo tema é interessante para se trabalhar a variação linguística. Porém, cada tipo de ensino exige uma escolha específica, que leve em consideração os conhecimentos prévios do aluno sobre o tema, seus interesses e gostos. O importante é trabalhar a temática de forma contextualizada.
3. Para atender ao currículo, é preciso trabalhar a concordância tanto na fala quanto na escrita. Na minha prática, procuro mostrar aos meus alunos que há várias maneiras de falar e que o importante é que a mensagem transmitida seja coerente para que quem a recebe possa interpretá-la adequadamente. Depois, mostro-lhes como as gramáticas normativas determinam ser a forma “correta” de fazer a concordância.
4. É sempre preciso fazer adaptações, complementações, buscar material de apoio, explorar histórias relatadas pelos próprios alunos.

II. ENTREVISTA COM P 2

DADOS PESSOAIS

1. FEMININO
2. FORMAÇÃO: Letras
3. TRABALHA EM ESCOLA PÚBLICA
4. TURMAS ATUAIS: 2º ano do EJA

CONHECIMENTOS TEÓRICOS

1. Durante o meu ensino médio aprendi um pouco sobre variação linguística, não conheço totalmente, somente parcial. Dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a variação linguística é estudada na pluralidade cultural.

2. Acho que a variação linguística, no Brasil, é fantástica, já que somos um povo homogêneo linguística e culturalmente.
3. Não muito. Respeitando a condição socioeconômica dos meus alunos, procurando usar mesma linguagem utilizada por eles.
4. Quando trabalhei no ensino médio no Recanto das Emas, a variação linguística era marcante já que a cidade acomodava pessoas, na sua maioria, do nordeste e da região norte além da injustiça social que faz com que a cidade tenha uma parcela grande de pessoas com a pior distribuição de renda. Devido a tudo isso, tive um pouco de dificuldades em ensinar e cobrar da norma culta. Daí percebi que não passava de um preconceito meu em não querer aceitar o “falar” “escrever” de meus alunos. Eles, obviamente, notaram e até se sentiram chateados com a maneira de eu querer impor aquilo que eu achava correta, desrespeitando-os.
5. Novas Palavras – ed. Ftd. Autores: Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite, Severino Antônio.
6. Gosto muito e tenho sempre em mãos o livro de Marcos Bagno: Preconceito Linguístico - o que é? como se faz?

TIPOS DE ENSINO – CORRELAÇÃO ENTRE EJA E ENSINO MÉDIO

1. Acho menos superficial no ensino médio regular, onde o professor de Artes trabalha a variação linguística juntamente com o professor de Português.
2. Sem resposta.
3. Sim, é estigmatizado. Procuro trabalhar as duas formas respeitando as maneiras de “falar” diferentes da minha.
4. O livro adotado pela escola não contempla variação linguística, portanto, terei que fazer adaptações.

III. ENTREVISTA COM P 3

DADOS PESSOAIS

1. MASCULINO
2. FORMAÇÃO: Letras
3. TEMPO DE PROFISSÃO: 21 anos
4. TRABALHA EM ESCOLA PÚBLICA
5. TURMAS ATUAIS: 6º e 7º ano do EJA

CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

1. Só ouvi falar em variação linguística há mais de 20 anos, quando ainda era estudante, nunca aprofundei meus conhecimentos sobre isso. Não conheço a parte dos PCN sobre esse tema.
2. Infelizmente nunca refleti sobre o assunto.
3. A teoria sem a prática é nula.
4. Sim, eles percebem. Nunca fiz esta pergunta para eles, mas retorno eu tenho de forma positiva.
5. No momento não estou usando livro didático, pois estamos no início do ano e os livros ainda não foram definidos, mas todos os livros didáticos deveriam ter ênfase a este aspecto, uma vez que não se vive somente de teoria, mas sim de conhecimentos cognitivos e da troca de experiências mútuas.
6. No momento não me recordo, mas sempre procuro adotar livros que enfatize este assunto.

TIPOS DE ENSINO – CORRELAÇÃO ENTRE EJA E ENSINO FUNDAMENTAL

1. Já trabalhei com as duas modalidades de ensino. Devido ao tempo de convivência da própria turma, o tratamento da variação linguística está mais aprofundado ao ensino fundamental do curso regular. Apesar de o EJA ser uma modalidade de compactação do curso regular, podendo ser do ensino fundamental ou do ensino médio.

2. A variação linguística pode estar presente em qualquer tipo de ensino, independente do livro adotado, pois é o professor que deve saber conduzir a variação linguística em cada turno dentro do espaço de tempo a ele destinado.
3. Trabalhar a questão das concordâncias (verbal ou nominal) é uma questão de respeito a vários aspectos a serem observados e analisados ao longo da convivência da turma e de cada aluno individualmente, pois há vários fatores tais como regionalismo, socioeconômico, étnico e até mesmo familiar. Fatores estes, advindos das próprias origens de cada pessoa (ou aluno). Portanto, deve ser trabalhado principalmente na fala, respeitando-se as individualidades.
4. Quase todos os livros contemplam a variação dentro desse tema. As adaptações se fazem necessárias e devem ser feitas por cada profissional da educação.

IV. ENTREVISTA COM P 4

DADOS PESSOAIS

1. FEMININO
2. FORMAÇÃO: Letras Português e Espanhol
3. TRABALHA EM ESCOLA PÚBLICA DESDE 2000
4. TEMPO DE PROFISSÃO: 13 anos
5. TURMAS ATUAIS: 7º ano do ensino fundamental e 2º segmento do EJA

CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

1. Na faculdade estudei sobre variação linguística. Sim, considero que a língua pode se manifestar em outras variedades, ou seja, outras maneiras de falar e escrever. Por ser dinâmica, a língua passa por processos naturais de mudança, variando na fala e na escrita, conforme o tempo em que se vive, o lugar onde se mora, idade, escolaridade, circunstâncias em que a produzimos. Não recordo onde é tratado esse assunto dentro do PCN.
2. Essa forma de falar que é usada pela maioria das pessoas no dia a dia, caracteriza-se pela despreocupação com inúmeras regras da gramática – plurais, concordâncias, flexões dos verbos etc. – e pela presença frequente de expressões populares e frases feitas e de gírias.

3. Sim, os alunos são de regiões diferentes e trabalho com uma diversidade de textos que abordam regionalismos.
4. Sim, porque eles comentam e às vezes fazem piadas, algumas preconceituosas. Reação dos alunos no tocante à variação.
5. A escola adota: *Tudo é linguagem* de Ana Borgatto e outras. Editora Ática. Eu uso *Gramática Aprender e Praticar* de Mauro Ferreira. Editora FTD e *Oficina de Redação* de Leila Laur Sarmiento da Editora Moderna. Acho que esses livros abordam bem a questão em foco.
6. No momento não recorro de outro livro.
7. Iniciei meu trabalho com EJA esse mês, portanto, não tenho elementos para responder.

BIBLIOGRAFIA

ALKMIM, Tânia Maria. *Sociolinguística. Parte I*. In: Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v.1. 6^a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BAGNO, Marcos. *Língua-padrão ou padrão-língua? As vicissitudes do conceito de norma*. In: Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, Mídia & Exclusão social. Edições LOYOLA, São Paulo, 2000.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. SP: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. *Por que “norma”? Por que “cultura”?* In: A norma oculta – língua & poder na sociedade brasileira. 2^a ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BASSO, Renato & ILARI, Rodolfo. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2009.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERGMANN, Juliana C. F & FERRO, Jeferson. *Produção e avaliação de materiais didáticos em língua materna e estrangeira*. Curitiba: Ibepe, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: A sociolinguística na sala de aula*. SP: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Linguagem de professora e alunos de uma classe de aceleração da rede pública, em Planaltina, Distrito Federal*. In: O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais. Brasília: Editora UnB, 2010.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; DELTTONI, R. V. *Diversidades linguísticas e desigualdades sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível*. In: COX, M. I.; ASSIS-PETERSON, A. A. (org) *Cenas de sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens, 7º ano*. 6ª ed. São Paulo: Atual, 2010.

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens, 9º ano*. 6ª ed. São Paulo: Atual, 2010.

CEZARIO, Maria Moura & VOTRE, Sebastião. *Sociolinguística*. In: Manual da Linguística. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. *As línguas mudam com o tempo*. In: Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Ática, 1991.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. SP: Parábola Editorial, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação e Conscientização*. In: Educação como prática da liberdade. Paz e Terra, 1967.

GERALDI, João Wanderley. *O ensino da unidade na diversidade linguístico cultural*. In: Linguagem e ensino. Campinas, SP: Mercado das Letras – ALB, 1996.

LEMLE, Miriam. *A variação na língua falada e a unidade na língua escrita*. In: Guia Teórico do Alfabetizador. São Paulo: Ática, 1993.

MARCHUSCHI, Beth & COSTA VAL, Maria das Graças (orgs.). *Metodologia de análise de livros didáticos de língua portuguesa: desafios e possibilidades*. In: Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento, inclusão e cidadania. (Coleção Linguagem e Educação) – 1ª reimp. – Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*. São Paulo: Cortez, 2003.

MATEUS, Maria Helena Mira. *A mudança da língua no tempo e no espaço*. In: A Língua Portuguesa em Mudança. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

MOLLICA, Maria Cecília. *Fala, letramento e inclusão social*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. SP: Editora Ática, 2000.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. SP: Parábola Editorial, 2010.

SANTOS, Clovis Roberto & NORONHA, Rogeria Toler da Silva. *Monografias Científicas: TCC – Dissertação - Tese*. 2ª ed. Editora Avercamp, 2010.

SILVA, Cícero de Oliveira, SILVA, Elizabeth Gavioli de Oliveira & MARCHETTI, Greta Nascimento et al. *EJA 7º ano – volume 4 – 2ª ed.* São Paulo: IBEP, 2009.

SILVA, Cícero de Oliveira, SILVA, Elizabeth Gavioli de Oliveira & MARCHETTI, Greta Nascimento et al. *EJA 9º ano – volume 4 – 2ª ed.* São Paulo: IBEP, 2009.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolinguística*. 4ª ed. Editora Ática, 1994.